

Balanço do Trabalho Parlamentar

XIV LEGISLATURA 1.ª Sessão

Grupo Parlamentar do  **PCP**

Atualizado a 30/07/2020



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

Tel.: 800200358 / 213919202
Fax: 213917432
gp_pcp@pcp.parlamento.pt

www.pcp.pt
www.pcp.pt/assembleia-republica

1. Balanço do trabalho do Grupo Parlamentar.....	5
I – A situação política.....	5
II – As eleições legislativas de 2019	6
III – O trabalho Parlamentar do PCP	8
IV – O Orçamento do Estado para 2020	10
V – A Epidemia COVID-19	11
VI – O Orçamento do Estado Suplementar de 2020	20
VII – Os balanços sectoriais	22
Trabalho e Administração Pública	22
Segurança Social	23
Deficiência	24
Saúde.....	24
Economia.....	25
Habitação	26
Arrendamento não habitacional.....	27
Energia.....	28
Fiscalidade	28
Sistema Financeiro	29
Agricultura	29
Cultura	30
Educação	30
Ensino Superior e Ciência	31
Comunicação Social	31
Justiça	31
Autarquias	32
Ambiente.....	33
Administração Interna	33
2. Debate do Programa do Governo.....	35
3. Debates Temáticos / Agendamentos Potestativos / Interpelações ao Governo.....	36
4. Debates Parlamentares sobre o surto epidémico «COVID-19»	38
4 de março de 2020 -Debate com Primeiro-Ministro “Prevenção e contenção da epidemia COVID-19”	38
13 de março de 2020 -Debate de atualidade marcado pelo CDS sobre a resposta do País ao surto epidémico.....	38
18 de março de 2020 - Debate sobre o pedido de autorização da declaração do estado de emergência e debate de iniciativas legislativas de resposta à epidemia	38
24 de março de 2020 -Debate com Primeiro-Ministro	38
2 de abril de 2020 - Debate sobre a renovação do estado de emergência	38
16 de abril de 2020 - Apreciação do relatório sobre o estado de emergência e debate sobre pedido de autorização para renovação do estado de emergência	38
22 de abril de 2020 -Debate com Primeiro-Ministro	38
30 de abril de 2020 - Debate sobre o relatório da aplicação da 2ª declaração do estado de emergência, que corresponde ao período de 3 a 17 de abril de 2020	39
21 de maio de 2020 - Debate sobre o relatório da aplicação da 3ª declaração do estado de emergência, que corresponde ao período de 18 de abril a 2 de maio de 2020	39
5. Debate do Orçamento do Estado	40
Debate do Orçamento do Estado para 2020	40
Debate na Generalidade do OE2020	40
Debate na Especialidade do OE2020– Debate na Comissão.....	40

A intervenção e as propostas do PCP	41
Debate na Especialidade do OE2020 - Plenário	41
Intervenção de encerramento do debate do Orçamento do Estado para 2020	42
Propostas do PCP aprovadas no âmbito da apreciação do Orçamento do Estado para 2020	42
Debate do Orçamento do Estado Suplementar para 2020	50
Debate na Generalidade do Orçamento Suplementar	50
Debate na Especialidade do Orçamento Suplementar	50
As propostas do PCP	50
Votação do Orçamento Suplementar	50
Propostas do PCP aprovadas	50
6. Debate do Estado da Nação	52
7. Debates Quinzenais com o Primeiro-Ministro	53
8. Declarações Políticas	54
9. Jornadas Parlamentares	55
IV Sessão Legislativa	55
10. Comissões Eventuais	56
11. Projetos de Lei	57
12. Projetos de Resolução	63
13. Apreciações Parlamentares	66
14. Votos apresentados pelo PCP	67
15. Perguntas e Requerimentos	68

1. Balanço do trabalho do Grupo Parlamentar

I – A situação política

A situação do País está hoje marcada pela perspetiva de uma recessão económica profunda, pela ameaça de encerramento de milhares de micro, pequenas e médias empresas, pelo disparar do desemprego, a perda de salário por parte de centenas de milhar de trabalhadores, a desregulação dos horários, a situação de precariedade e o ataque a outros direitos.

Aos impactos sociais e económicos da epidemia tem-se somado o aproveitamento que o capital faz da situação, procurando promover projetos que em nome da resposta no plano económico e social, procuram retomar eixos e opções essenciais que têm marcado a política de direita.

Esta operação em curso, que se tem traduzido num processo de reorganização das forças políticas, com a participação empenhada do Presidente da República no branqueamento das responsabilidades do PSD e da política de direita na situação do País, tem como objetivo assegurar as condições para a concretização da política de “bloco central”, formal ou informalmente assumida, que marcou o País nas últimas décadas.

Para o PCP a resposta que a situação do País exige não é a concretização da política de direita, de retrocesso nos avanços e aprofundamento das desigualdades, mas sim a implementação de uma política alternativa, patriótica e de esquerda, que assuma como prioridade:

- a valorização do trabalho e dos trabalhadores, dos seus salários, direitos e carreiras;
- o reforço do Serviço Nacional de Saúde em meios humanos e materiais, bem como da generalidade dos serviços públicos;
- um forte sector empresarial do Estado, componente fundamental de uma economia mista e dinâmica, que contribua para a modernização do aparelho produtivo;
- o controlo público do sector financeiro, da propriedade e gestão públicas do fundamental da banca;
- a defesa da agricultura, da pesca e da produção nacional, capazes de abastecer o País;
- o decisivo reforço do investimento público e do investimento produtivo, que incremente a aplicação das novas tecnologias, a capacidade produtiva instalada, a produtividade e a produção nacionais;

- a defesa da soberania nacional, afirmando o direito do povo português a agir sem dependências nem condicionamentos, recusando a imposição de constrangimentos;
- a exigência da recuperação da soberania monetária e de uma política ajustada à realidade, às necessidades e às potencialidades da economia nacional, com um banco central ao serviço do País;
- a necessidade da renegociação da dívida pública;
- a necessidade da proteção do ambiente, dos ecossistemas e da biodiversidade;
- a concretização de uma justiça independente e acessível a todos, o combate à corrupção, a defesa do regime democrático e o cumprimento da Constituição da República Portuguesa.

II – As eleições legislativas de 2019

As eleições legislativas realizadas a 6 de outubro de 2019 originaram um quadro institucional com uma relação de forças semelhante a 2015, ainda que com alterações de posicionamento e expressão eleitoral entre as forças políticas com representação parlamentar.

O resultado obtido pela CDU, que passou de 17 para 12 deputados eleitos, traduziu-se numa redução da sua expressão eleitoral e constituiu um fator negativo para o futuro do País.

Não é possível separar os resultados obtidos da intensa e prolongada operação de que a CDU foi alvo, sustentada na mentira, na difamação e na promoção de preconceitos, na manipulação de posicionamentos e na difusão de estereótipos, operação que favoreceu metodicamente outras forças políticas e amplificou elementos de distorção e mistificação da sua ação na vida política nacional na anterior legislatura, quer no apagamento sistemático do papel e intervenção decisivas do PCP no que foi alcançado, quer ainda na sua obsessiva apresentação como força em perda, em claro contraste com a evidente promoção de outros.

Uma operação que visou o PCP, precisamente pelo seu determinante papel na recuperação, defesa e conquista de direitos, pela sua plena e coerente assunção da defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo, pela afirmação da sua proposta, programa e identidade comunista.

O PS, partido mais votado, não atingiu o seu objetivo de alcançar a maioria absoluta, tendo passado de 99 para 106 deputados eleitos. O BE registou uma perda de votação, mas manteve os mesmos 19 deputados eleitos.

O PSD e o CDS-PP viram, com os resultados eleitorais, confirmada a condenação pela sua responsabilidade recente na política de retrocesso social e declínio económico que impuseram ao País, tendo o PSD passado de 89 para 77 deputados e o CDS de 18 para 5 deputados.

O PAN aumentou a sua votação e elegeu 5 deputados, apesar de recentemente ter passado a contar apenas com 4 por via da passagem de uma das suas eleitas a Deputada Não Inscrita. Também o Livre elegeu pela primeira vez uma Deputada, mas acabou por perder a representação parlamentar por via de um processo de retirada de confiança política à sua eleita, que passou a Deputada Não Inscrita.

Registam-se também as representações parlamentares da Iniciativa Liberal e do Chega, cada uma com um Deputado eleito, enquanto forças ligadas aos centros ais reacionários do capital monopolista, com indisfarçáveis agendas populistas e antidemocráticas.

Esta relação de forças, apesar de semelhante à da anterior Legislatura, corresponde a uma conjuntura política distinta. Em 2015 assegurou-se a interrupção da ação de um governo e de uma política de desastre nacional, com a importante decisão então tomada pelo PCP e pelo PEV em contribuir para uma solução institucional que fizesse corresponder à derrota imposta no plano social e eleitoral ao governo PSD/CDS a sua derrota política, fazendo gorar planos para prosseguir e intensificar a ofensiva que os Programas de Estabilidade e Crescimento (PEC) e o Pacto de Agressão haviam inscrito como orientação apesar dos esforços desenvolvidos pelo então Presidente da República Cavaco Silva.

A história recente demonstrou que foi justa a decisão, e isso é comprovado pelos passos dados na defesa, reposição e conquista de direitos, mas ficou igualmente claro que as medidas negativas que se evitaram e os avanços verificados não foram suficientes para a resposta necessária aos problemas nacionais e à concretização de um Portugal desenvolvido e soberano.

Na verdade, a situação do País e a sua evolução nos últimos anos e, em particular, as consequências sociais e económicas originadas pela necessidade de responder à epidemia da COVID-19, coloca hoje, com mais força, a necessidade de abrir caminho a uma política que rompa com opções essenciais da política de direita que o PS não abandonou e em aspetos estruturais prosseguiu e prossegue.

Assim, e tal como o PCP sempre afirmou, é em função das opções do PS, dos instrumentos orçamentais que apresentar e do conteúdo do que legislar, que o PCP determina seu posicionamento, vinculado

aos compromissos que assumiu com os trabalhadores e o povo, decidido a dar combate a todas as medidas negativas, a todos os retrocessos que o PS queira impor.

III – O trabalho Parlamentar do PCP

O quadro institucional que resultou das eleições legislativas, e as dificuldades evidentes da redução de deputados do PCP, que passou de 15 para 10 deputados eleitos, colocaram uma exigência suplementar ao nosso trabalho parlamentar.

Foi neste contexto de grandes exigências e dificuldades que os Deputados do PCP procuraram dar resposta aos compromissos constantes no seu programa eleitoral, dando expressão institucional à luta dos trabalhadores e do povo e traduzindo, no plano parlamentar, o património de propostas do PCP para dar as respostas necessárias que o País necessita e que passam pela exigência de romper com os interesses do grande capital, colocando a valorização do trabalho e dos trabalhadores como objetivo central, pela necessidade de romper com a submissão ao Euro e às imposições da União Europeia, afirmando o direito do País a um desenvolvimento soberano, pela concretização da política alternativa, patriótica e de esquerda que o PCP propõe e que um Governo do PS não assegura

Esta 1ª Sessão Legislativa da XIV Legislatura fica marcada pela epidemia da COVID-19, pelos seus efeitos devastadores nos planos económico e social, pela resposta que foi e é necessário dar e pelas alterações de funcionamento na própria Assembleia da República, que passou parte do segundo trimestre do ano com a sua forma habitual de funcionamento alterada, desde logo com a redução do nº de Plenários e Comissões.

É neste quadro que se registam as mais de **150 audiências** realizadas na Assembleia da República com entidades e representantes de todos os sectores, ou as muitas dezenas de **reuniões e visitas** realizadas semanalmente pelos Deputados Comunistas por todo o País.

Assinalam-se as 226 **iniciativas apresentadas**, de onde se destacam as iniciativas legislativas, divididas entre **141 Projetos de Lei** e **13 Apreciações Parlamentares**, a que se somam **os 73 Projetos de Resolução**. Realçam-se também as **729 Perguntas e Requerimentos** entregues:

Total de Iniciativas Legislativas (Projetos de Lei e Apreciações Parlamentares) e Projetos de

1ª Sessão da XIV Legislatura

Iniciativas Legislativas	PCP	PS	PSD	BE	CDS	PAN	PEV	L/JKM	IL	Chega
Projectos de Lei	141	21	29	93	29	78	65	3	10	11
Apr. Parlamentares	13	0	4	10	0	0	0	0	0	0
Total I.L. apresentadas	154	21	33	103	29	78	65	3	10	11
Projectos de Resolução	PCP	PS	PSD	BE	CDS	PAN	PEV	L/JKM	IL	Chega
Apresentados	73	26	53	125	59	104	53	10	29	49
Total	227	47	86	228	88	182	118	13	39	60

1ª Sessão da XIV Legislatura - iniciativas aprovadas

Iniciativas Legislativas	PCP	PS	PSD	BE	CDS	PAN	PEV	L/JKM	IL	Chega
Projectos de Lei	12	10	13	11	3	11	5	0	0	0
Apreciações Parlamentares	3	0	2	4	0	0	0	0	0	0
Total I.L. apresentadas	15	10	15	15	3	11	5	0	0	0
Projectos de Resolução	PCP	PS	PSD	BE	CDS	PAN	PEV	L/JKM	IL	Chega
Aprovados em VFG	15	14	14	28	8	14	12	2	1	0
Total	30	24	29	43	11	25	17	2	1	0

Resolução entregues:

Iniciativas aprovadas em votação final global, no todo ou em parte em relação ao texto inicial:

Tipo	Nº	Título	Área
Projectos de Lei			
Pjl	174	Prorrogação da vigência do observatório técnico independente para análise, acompanhamento e avaliação dos incêndios florestais e rurais que ocorram no território nacional, criado pela Lei n.º 56/2018, de 20 de agosto	Agricultura e Pescas
Pjl	412	Medidas de promoção do escoamento de pescado proveniente da pesca artesanal – local e costeira - e criação de um regime público simplificado para aquisição, distribuição e valorização de pescado de baixo valor em lota	Agricultura e Pescas
Pjl	121	Aprova o Estatuto do Antigo Combatente	Defesa
Pjl	297	Estabelece a proibição da interrupção do fornecimento de determinados serviços essenciais	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	118	Alarga a aplicação do princípio do jus soli na Lei da Nacionalidade Portuguesa (Nona alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade)	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	352	Reforça as medidas de proteção das vítimas de violência doméstica (6.ª alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro)	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	366	Cria o regime de apoio à retoma e dinamização da atividade dos feirantes e empresas de diversões itinerantes, no contexto da resposta à epidemia de COVID-19	Economia
Pjl	350	Estabelece medidas fiscais de apoio às micro, pequenas e médias empresas	Economia
Pjl	440	Aprova um conjunto de medidas excecionais e temporárias para salvaguarda dos direitos dos trabalhadores e estudantes do Ensino Superior Público	Educação e Ciência
Pjl	360	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 14-G/2020, de 13 de abril, que estabelece as medidas excecionais e temporárias na área da educação, no âmbito da pandemia da doença COVID-19	Educação e Ciência
Pjl	285	Suspende os prazos judiciais e a prática de atos processuais e procedimentais até à cessação da situação excepcional de prevenção, contenção, mitigação e tratamento da infeção epidemiológica por SARS-CoV-2 e da doença COVID-19	Justiça
Pjl	292	Adota disposições para assegurar o equilíbrio financeiro das autarquias locais (Primeira alteração à Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março – Medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19)	Poder Local e Ordenamento do Território

Apreciações Parlamentares			
Aprl	11	Decreto-Lei n.º 19/2020, de 30 de abril, que "estabelece um regime temporário e excecional de apoio às associações humanitárias de bombeiros, no âmbito da pandemia da doença COVID-19"	Administração Interna
Aprl	9	Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março que "Estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID 19"	Saúde
Aprl	13	Decreto-Lei n.º 20/2020, de 1 de maio, que altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19, retificado pela Declaração de Retificação n.º 18-C/2020, de 5 de maio, da Presidência do Conselho de Ministros	Trabalho
Projetos de Resolução			
Pjr	536	Recomenda ao Governo o apoio aos agricultores afetados pela intempérie de final de maio nas regiões centro e norte do país	Agricultura e Pescas
Pjr	320	Reforço da Informação, Monitorização e Caracterização da Qualidade do Ar Ambiente em Portugal	Ambiente
Pjr	120	Recomenda ao Governo que tome as medidas de defesa do Rio Tejo	Ambiente
Pjr	49	Recuperação, acompanhamento e monitorização da valorização da Mata Nacional de Leiria	Ambiente
Pjr	164	Recomenda ao Governo a adoção de medidas de proteção do Estuário do Sado	Ambiente
Pjr	534	Recomenda o apoio ao circo e às artes circenses	Cultura
Pjr	497	Recomenda ao Governo o alargamento do apoio a editoras e livrarias no contexto resultante das contingências criadas pela pandemia de COVID-19	Cultura
Pjr	294	Cessação de Vigência do Decreto-Lei n.º 170/2019, de 4 de dezembro, "Procede à décima primeira alteração do Código dos Contratos Públicos, anexa ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio"	Economia
Pjr	178	Recomenda ao Governo que proceda à requalificação da Escola Básica Dr. António Augusto Louro, no concelho do Seixal	Educação e Ciência
Pjr	173	Recomenda ao Governo que crie o Grupo de Recrutamento na área da Intervenção Precoce	Educação e Ciência
Pjr	47	Recomenda ao Governo que garanta as condições para a efetiva possibilidade de realização de sesta a partir dos três anos na Educação Pré-Escolar da rede pública do Ministério da Educação	Educação e Ciência
Pjr	162	Pela articulação tarifária e promoção da redução de preços dos transportes nas ligações entre áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais limítrofes	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	162	Pela articulação tarifária e promoção da redução de preços dos transportes nas ligações entre áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais limítrofes	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	50	Recomenda ao Governo o reforço das medidas de apoio aos doentes com doença inflamatória do intestino	Saúde
Pjr	252	Recomenda ao Governo que trave os atropelos laborais no sector da vigilância e limpeza	Trabalho

IV – O Orçamento do Estado para 2020

A proposta de Orçamento do Estado para 2020 ficou marcada por insuficiências e limitações que resultaram das opções do PS e do seu Governo, desde logo pela fixação do objetivo de alcançar um excedente orçamental, e pela prioridade dada aos interesses do grande capital, em detrimento da resposta aos problemas estruturais do País e às necessidades dos trabalhadores e do povo.

O PCP teve uma empenhada intervenção no processo orçamental **tendo apresentado 313 propostas de alteração, de entre as quais foram aprovadas, total ou parcialmente, 50 propostas.**

Confirmou-se que este Orçamento do Estado se afastou do sentido geral dos quatro orçamentos anteriores e mesmo depois do processo de especialidade, onde foi possível aprovar um conjunto de medidas positivas por iniciativa e com o contributo do PCP, continuou a ser evidente o contraste com o ritmo e a abrangência das medidas que resultaram dos orçamentos das anteriores legislaturas.

A abstenção do PCP na votação final global da proposta de Orçamento do Estado deu assim expressão a um posicionamento político que se distanciou das opções do Governo PS nele refletidas.

Destacamos, entre outras, as seguintes medidas positivas que decorreram da intervenção ou iniciativa do PCP:

- a concretização pelo quarto ano consecutivo de um **aumento extraordinário das pensões de reforma de 6 euros e 10 euros;**
- a concretização da **gratuidade das creches** para as famílias do primeiro escalão e para as famílias do segundo escalão a partir do segundo filho;
- a **criação do Laboratório Nacional do Medicamento**, a partir do atual laboratório militar;
- a **eliminação das taxas moderadoras nos cuidados primários de saúde**, cumprindo o que já estava adquirido com a recente Lei de Bases da Saúde;
- o compromisso de **contratação de trabalhadores para o SNS;**
- o **reforço dos cuidados paliativos** com a criação de mais equipas comunitárias;
- a consagração a partir do próximo ano letivo da **entrega de manuais escolares novos (sem devolução) a todas as crianças do 1.º ciclo;**
- a **redução do valor das propinas para a licenciatura;**
- o **alargamento do acesso às bolsas da ação social escolar** no ensino superior;
- o compromisso de **admissão de 2500 efetivos para as forças e serviços de segurança;**
- o **reforço das verbas de modo a consolidar e ampliar a redução do preço dos passes sociais** nos transportes em todo o País;
- os apoios à **modernização do sector do táxi;**
- a opção pela **prioridade da expansão da rede de Metro a Loures e Alcântara;**
- o **prolongamento até 2023 das chamadas tarifas reguladas** de eletricidade;
- a **duplicação de bolsas para a criação literária;**
- o apoio ao **Museu Nacional Resistência e Liberdade na Fortaleza de Peniche;**
- a **requalificação do Teatro Camões;**
- a **contabilização do tempo de serviço para o cálculo da reforma dos profissionais da pesca;**
- o **congelamento das custas processuais** e o alargamento das isenções na justiça.

V – A Epidemia COVID-19

A epidemia COVID-19 tornou mais visíveis as gritantes desigualdades e injustiças à escala mundial, as consequências da privatização, do desmantelamento ou ausência de serviços públicos de saúde, contrárias à resposta sanitária e a critérios de valoração da vida humana, em função do seu valor intrínseco. Ficou exposta de forma brutal a natureza exploradora, opressora, predadora e agressiva do capitalismo e o seu carácter profundamente desumano.

A pandemia veio precipitar e agravar uma nova crise económica, já latente e em desenvolvimento – no contexto mais geral da crise estrutural do capitalismo –, dando-lhe uma mais ampla e profunda dimensão e aumentando a instabilidade e a incerteza na situação internacional.

No nosso País, os impactos do surto epidémico somaram-se a problemas e défices estruturais acumulados por décadas de política de direita executada por sucessivos governos PS, PSD e CDS, que privatizaram empresas e sectores estratégicos, destruíram e degradaram grande parte da capacidade produtiva nacional, reduziram drasticamente o investimento público, fragilizaram serviços públicos essenciais, impuseram os baixos salários e a precariedade laboral, promoveram a exploração dos trabalhadores e avolumaram a dependência externa.

Sem desconsiderar as complexidades que a situação colocou e colocará, a verdade é que a resposta do Governo tem sido marcada, nos aspetos centrais, pela submissão às imposições da União Europeia e por critérios e opções da política de direita.

Se assim não fosse, o Governo e o PS teriam tido oportunidade de aprovar as várias propostas apresentadas pelo PCP, das quais se destacam as que permitiriam: assegurar a defesa dos salários a 100%; salvaguardar a proibição dos despedimentos; garantir os apoios que viabilizem as milhares de micro e pequenas empresas confrontadas com a redução ou cessação da atividade; alargar os apoios sociais, designadamente no desemprego; dotar o Serviço Nacional de Saúde dos meios necessários para dar a resposta à crise epidémica e garantir os cuidados de saúde em geral.

Assim, passados que estão cerca de 4 meses desde a entrada em vigor das medidas sanitárias de resposta à epidemia, a realidade socioeconómica do País traduz-se nos milhares de despedimentos, em cerca de um milhão de trabalhadores com cortes no salário, na perda de meios de subsistência de milhares de trabalhadores, muitos deles por conta própria ou em situação informal, na arbitrariedade nos horários e condições de trabalho, na liquidação da atividade de milhares de micro, pequenas e

médias empresas (MPME) e ruína de pequenos produtores, no condicionamento da atividade produtiva e do escoamento da produção.

Esta realidade e os perigos futuros que ela traduz e permite antever, não encontra resposta nas opções do Governo, como se comprovou quer no conjunto de legislação aprovada na Assembleia da República, quer nas medidas constantes no Orçamento Suplementar aprovado com o voto contra do PCP.

Também no plano nacional tem sido claro o papel da direita e do capital no sentido de aproveitar a situação e crise para garantir retrocessos sociais e liquidar direitos. É assim com o comportamento dos interesses privados em relação ao serviço Nacional de Saúde, tentado desviar para a saúde privada recursos públicos que tanta falta fazem ao SNS, ou na maneira como as empresas privadas de transportes, com a complacência do Governo, têm abusado imoralmente das regras do Layoff, não garantindo os transportes públicos necessários para a deslocação em segurança das populações, ou na maneira violenta e perigosa como o capital e o sector patronal tem aproveitado a crise para efetuar um conjunto largo de atropelos e abusos no plano dos direitos laborais, como são os milhares de despedimentos, os salários cortados e da perda de outras remunerações dos trabalhadores (como o subsídio de refeição).

Atropelos a que se juntam a imposição de férias, a limitação ou impedimento no acompanhamento a filho; alteração unilateral de horários e uma maior desregulação dos horários de trabalho; incumprimento de normas de higiene, saúde e segurança no trabalho e tantos outros atropelos laborais e arbitrariedades que se intensificaram fortemente nestes últimos meses.

Retrocessos profundos e perigosos que aproveitaram a existência de uma legislação laboral que não protege os trabalhadores, também fruto das alterações para pior promovidas no final da passada legislatura pelo Governo do PS, como é o caso do alargamento do período experimental, medida que terá sido responsável, nos últimos meses, por permitir o despedimento de milhares trabalhadores recém contratados.

O PCP interveio no plano parlamentar, desde a primeira hora, com um sentido muito claro e objetivo sobre o que seria necessário fazer, apresentando um conjunto de propostas orientadas no sentido de garantir a capacitação dos serviços públicos para responder à crise sanitária; garantir as medidas legais que permitissem salvaguardar o emprego, proibindo os despedimentos e os abusos no plano dos

direitos laborais; assegurar salários e rendimentos, defender o tecido produtivo e garantir a viabilidade das milhares de MPME's confrontadas com a quebra abrupta de atividade.

Das mais de **65 iniciativas legislativas que apresentámos no sentido de responder à crise nas suas variadas dimensões, que se desdobram em várias centenas de propostas concretas, seja na forma de Projeto de Lei, Apreciação Parlamentar ou Propostas de Alteração a Iniciativas do Governo,** destaca-se:

No plano da **proteção do emprego e dos direitos dos trabalhadores, e na salvaguarda de rendimentos do trabalho e criação de mecanismos de proteção social:**

O Projeto de Lei que determinava a **nulidade dos atos praticados pelas entidades empregadoras, durante a vigência das medidas excecionais e temporárias de resposta à COVID-19, em violação da legislação laboral,** como sejam despedimentos, a imposição de gozo de férias e licenças sem vencimento, cortes na retribuição e noutras prestações pecuniárias, e que determinava a possibilidade da anulabilidade arguida pelo trabalhador, dos atos por este praticados e que dependam de prazo. Estas medidas eram também aplicáveis às prestações de serviço, e a iniciativa foi rejeitada com os votos contra de PS, PSD, CDS, IL e CH

A proposta de criação de um **apoio de proteção social a trabalhadores com vínculos laborais precários em situação de desemprego, designadamente trabalhadores do sector do táxi e trabalhadores domésticos** e a iniciava que garantia proteção social aos trabalhadores de empresas de trabalho temporário que tenham sido alvo de despedimentos. O **projeto de lei que facilitava o acesso ao subsídio de desemprego,** através da eliminação do prazo de garantia, ou o projeto de lei que criava um **regime excecional e temporário de suspensão dos contratos de trabalho** que permitia que os trabalhadores, com salários em atraso há pelo menos 5 dias, pudessem suspender o contrato e recorrer às prestações de desemprego no período de suspensão.

Foi também proposta a criação de um **apoio extraordinário de proteção social a trabalhadores sem acesso a outros instrumentos e mecanismos de proteção social** e a adoção de um **regime de apoio às famílias na frequência de equipamentos de apoio à infância,** através da revisão das mensalidades de forma a refletir a alteração dos rendimentos do agregado familiar, devendo este instrumento continuar em vigor após a abertura das valências.

Destacam-se também as **várias propostas constantes na Apreciação Parlamentar n.º 9/XIV ao Decreto-Lei n.º 10-A/2020 de 13 de março, centradas nas questões dos direitos dos trabalhadores e proteção social das famílias**, que foram na sua maioria chumbadas com os votos contra dos partidos da política de direita:

- Possibilidade de **conversão dos contratos a termo celebrados neste período em contratos sem termo** ou por tempo indeterminado (**Rejeitado** com os votos contra de PS, PSD, CDS, CH e IL)
- **Inclusão dos alunos com escalão B da ação social escolar** nas medidas de prestação de apoios alimentares (**Aprovado** com os votos contra de CDS e a abstenção de CH).
- **Inclusão dos trabalhadores das instituições ou equipamentos sociais** de apoio a idosos como lares, centros de dia e outros similares no elenco dos trabalhadores dos serviços essenciais (**Aprovado** com os votos contra de CDS e a abstenção de CH).
- **Direito ao subsídio de alimentação**, nunca inferior ao praticado para os trabalhadores da Administração Pública, no caso de isolamento profilático. (**Rejeitado** com os votos contra PS, PSD, CDS e IL e a abstenção de CH).
- **Subsídio de doença pago a 100% da remuneração de referência** e aplicável aos estagiários do IEFP (**Rejeitado** com os votos contra PS, PSD, CDS e a abstenção de CH e IL).
- **Subsídio para assistência a filho ou neto no caso de isolamento profilático ou doença pago a 100%**, incluindo subsídio de refeição e alargamento deste regime aos trabalhadores independentes (**Rejeitado** com os votos contra PS, PSD, CDS e IL e a abstenção de CH).
- **Inclusão no regime de faltas justificadas e consequente atribuição do apoio excecional à família para trabalhadores por conta de outrem dos pais com filhos até aos 16 anos**, incluindo no período de férias escolares e dos trabalhadores que tenham de prestar assistência a cônjuge, pais, avós ou sogros e irmãos ou sobrinhos. Aplicação da assistência inadiável a filho aos que, não se encontrado em creche, estavam a cargo dos avós ou de amas (**Rejeitado** com os votos contra PS, PSD, CDS e a abstenção de CH e IL).
- **Apoio excecional à família pago a 100% + subsídio de refeição**, mesmo que possa ser prestado teletrabalho, mas o trabalhador não queira. Alargamento deste apoio aos trabalhadores independentes que prestem serviços para uma única entidade (falsos recibos verdes) e aos estagiários do IEFP (**Rejeitado** com os votos contra PS, PSD, CDS e a abstenção de CH e IL).
- **Apoio excecional à família para trabalhadores independentes sem necessidade de cumprimentos de prazo de garantia e pago a 100% com o mínimo de um salário mínimo e máximo de 3 salários mínimos**. Alargamento do apoio aos trabalhadores independentes

isentos de contribuições para a SS, nomeadamente os que estão no primeiro ano de atividade (**Rejeitado** com os votos contra PS, PSD, CDS e a abstenção de CH e IL).

- **Apoio extraordinário à redução de atividade de trabalhador independente** aplicável não só em caso de paragem total de atividade, mas também quando exista uma queda de, pelo menos, 40% dos serviços a prestar, com um limite mínimo de 1 IAS (438,81€) e máximo de um salário mínimo (atualmente o limite máximo é 1 IAS), sem necessidade de prazo de garantia. Alteração da forma de cálculo da base de incidência contributiva, de maneira a ter como referência o período homólogo do ano anterior ou a média das remunerações do ano anterior (importante para trabalhadores sazonais). Alargamento aos trabalhadores isentos de contribuições. (**Rejeitado** com os votos contra PS, PSD, CDS e CH).
- **Alteração do previsto para o teletrabalho obrigando a que os instrumentos de trabalho sejam fornecidos pelo patrão**, podendo o trabalhador recusar o e teletrabalho se isso não acontecer, mantendo o direito à retribuição, assim como que os trabalhadores em teletrabalho mantêm todos os direitos e garantias, incluindo à totalidade da retribuição, subsídios e abonos, mesmo que em espécie (**Rejeitado** com os votos contra PS, PSD, CDS e abstenção de Ninsc).
- Criação de um **suplemento remuneratório de 20% do salário base a todos os trabalhadores dos serviços essenciais** (**Rejeitado** com os votos contra PS, PSD, CDS e a abstenção de CH e IL).
- **Prorrogação ou renovação automática de todas as prestações sociais**, nomeadamente as por desemprego (**Rejeitado** com os votos contra PS, PSD, CDS e a abstenção de CH e IL).
- **Suspensão dos despedimentos** (**Rejeitado** com os votos contra PS, PSD, CDS, CH e IL).
- As **medidas excecionais devem ser financiadas pelo OE**, procedendo o Governo às respetivas transferências para a Segurança Social (**Rejeitado** com os votos contra PS, PSD, CDS e a abstenção de IL).

As iniciativas relacionadas com a proteção do direito à **Habituação**, no que diz respeito à **proibição dos despejos**, ao **regime de moratórias para os pagamentos das rendas** e ao estabelecimento de um **regime de carência de capital a aplicar aos créditos à habitação**, à definição de um **mecanismo de apoio**, e não de empréstimo, ao **pagamento das rendas em atraso** para a famílias com perda de rendimento resultante da situação de pandemia, **ou aos apoios aos arrendatários do IHRU**, no que diz respeito à atualização dos valores da renda tendo em conta as alterações de rendimento , e à definição e planos de pagamento prolongados no prazo para os valores em dívida.

No que diz respeito à defesa do nosso sector produtivo, e em particular no que diz respeito à defesa do tecido empresarial e dos **micro, pequenos e médios empresários**, destacam-se as nossas iniciativas que criavam o **regime de apoio à retoma e dinamização da atividade dos feirantes** e empresas de diversões itinerantes; que garantiam o **acesso das micro, pequenas e médias empresas e empresários em nome individual aos apoios públicos** criados no âmbito da resposta ao surto epidémico de COVID 19 e que estabeleciam medidas fiscais de apoio às micro, pequenas e médias empresas.

No sentido de se dar resposta à gravíssima situação com que milhares de MPME's se viram confrontados, por via da quebra total ou parcial de atividade e rendimento, foi proposta a definição de **medidas excecionais e temporárias de proteção social dos sócios-gerentes de micro e pequenas empresas** em situação de crise empresarial, através da aplicação aos sócios-gerentes de micro e pequenas empresas em situação de Layoff do regime previsto para a redução de atividade de trabalhador independente. Foi também proposta a criação de um **apoio ao rendimento de microempresários e empresários em nome individual** no contexto da resposta à epidemia.

Propôs-se ainda o **alargamento do acesso das micro, pequenas e médias empresas aos apoios à economia**; a criação de um **regime excecional no arrendamento não habitacional** em caso de diminuição de rendimento e o estabelecimento de um **regime excecional aplicável a formas específicas de contratos de exploração de imóveis para comércio e serviços em centros comerciais**

Em relação ao sector da **Agricultura**, o PCP interveio no sentido de garantir o **abastecimento alimentar** das populações através da proposta de medidas de contingência e de apoio e incremento da capacidade produtiva instalada (agricultura, pescas e agropecuária), visando dotar o país de capacidade de aprovisionamento e de acesso a bens alimentares pelas populações. Propôs-se a criação de a uma **medida de apoio aos custos com a eletricidade no setor agrícola e agropecuário (eletricidade verde)** e **medidas de apoio imediato às pequenas e médias explorações agrícolas** no sentido de compensar os agricultores pelos graves prejuízos resultantes do surto epidémico.

Considerando que os pequenos agricultores foram os mais afetados pela situação, o PCP propôs um conjunto de medidas de promoção do escoamento de bens alimentares da pequena agricultura e agricultura familiar e a **criação de um regime público simplificado para aquisição e distribuição de bens alimentares provenientes da pequena e média agricultura e pecuária nacional e da agricultura familiar**.

Em relação às **Pescas**, foi proposta a **garantia da proteção social e condições de trabalho dos trabalhadores da pesca impedidos de trabalhar e medidas de promoção do escoamento de pescado proveniente da pesca artesanal** – local e costeira - e **criação de um regime público simplificado para aquisição, distribuição e valorização de pescado de baixo valor em lota**

No que diz respeito às matérias relacionadas com **obras públicas transportes e comunicações**, e no sentido da defesa do interesse público, foi proposta a **recuperação do controlo público do Grupo TAP e da empresa Serviços Portugueses de Handling, S.A** e o estabelecimento de cláusulas e mecanismos extraordinários nas **Parcerias Público-Privadas Rodoviárias**, de maneira a impedir que seja o Estado a pagar a perda de receitas em cobrança de portagens.

Propôs-se também uma iniciativa que visa **garantir a oferta de transportes públicos e a segurança dos utentes**, impedindo o abuso que as operadoras de transportes públicos têm cometido ao utilizar o regime de “Layoff simplificado”. Neste sentido, a proposta do PCP procura, no essencial: repor a oferta de transportes públicos em todos os modos transportes públicos e em particular no rodoviários de passageiros para o nível de oferta existente antes da epidemia; por fim ao regime de “Layoff simplificado” em todas as empresas de transporte, e garantir o cumprimento das Orientações da Direção-Geral da Saúde e outras medidas específicas em vigor para os transportes públicos

No sentido de dar resposta ao conjunto de problemas que surgiram no sector da **Educação**, foi proposta a **contratação de trabalhadores e a garantia de recursos didáticos** para acompanhamento dos alunos; que os alunos devessem realizar **exames finais nacionais apenas nas disciplinas que elessem como provas de ingresso** para efeitos de acesso ao ensino superior, sendo ainda permitida a realização desses exames para melhoria de nota; propôs-se ainda que as **provas de aptidão, quer artística, quer profissional, não fossem realizadas quando os conteúdos programáticos e de formação profissional ou de prática simulada não tenham tido substituição com qualidade e equidade** e que não tenham sido lecionadas presencialmente as disciplinas que necessitam de ser presenciais no ensino profissional e no ensino artístico; a **salvaguarda o direito ao gozo de férias por parte dos alunos e dos trabalhadores das escolas** (aprovado); a **abertura de concursos para a integração de todos os trabalhadores que suprem necessidades permanentes**, por forma a evitar potenciais despedimentos no final do presente ano letivo (aprovado) e a **criação de um grupo de trabalho para a planificação e discussão das opções referentes ao próximo ano letivo**.

Em relação ao **Ensino Superior**, foi proposto o **impedimento de cobrança de propinas, rendas de residências públicas, taxas e emolumentos**, enquanto durar a situação de pandemia e o **reforço dos mecanismos de apoios de ação social escolar**, nomeadamente a majoração do valor e abrangência das bolsas de estudo, o aumento do valor do complemento de alojamento, garantindo a fixação do valor dos quartos em residência estudantil no valor previsto no início do ano letivo de 2019/2020, e o aumento do valor do benefício anual de transporte.

No sentido de garantir a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores e estudantes do Ensino Superior Público, o PCP propôs que os **contratos a termo certo no ensino superior fossem alvo de prorrogação**; a **prorrogação na entrega de teses pelos docentes do ensino politécnico em regime transitório** e a adoção de **medidas para que os estudantes não sejam prejudicados quanto à candidatura para outros ciclos de estudos**.

Em relação ao **Sistema Científico e Tecnológico Nacional**, propôs-se um conjunto de **medidas excecionais e temporárias para salvaguarda dos direitos dos trabalhadores SCTN** e do trabalho científico, técnico e de gestão, desde logo através da **prorrogação dos contratos de bolsas e dos diversos concursos de estímulo ao emprego científico**, por período idêntico àquele em que o trabalhador científico se encontre impedido de desenvolver o respetivo plano de trabalhos.

Foi apresentado um **plano de investimento excecional e temporário na área do Ensino Superior e Ciência na sequência do desconfinamento decorrente do surto epidémico**. Esta iniciativa propõe a implementação de um plano de investimento excecional e temporário que responda às necessidades das instituições do ensino superior, de modo a que existam todas as condições de trabalho e funcionamento em total segurança, proporcionando os meios financeiros extraordinários para fazer face ao acréscimo de despesas que terá de ocorrer para que o desconfinamento possa ser bem-sucedido

No que diz respeito ao sector da **Cultura**, avançou-se com a proposta de **criação de um fundo de apoio social de emergência ao tecido cultural e artístico** e a criação de **fundo para a concessão de apoio aos trabalhadores e entidades da área artístico-cultural** por adiamento e cancelamento das atividades devido à COVID-19. Propôs-se também o **alargamento dos apoios às editoras e livrarias** no contexto resultante das contingências criadas pela pandemia, que foi aprovado.

Em relação à **Comunicação Social**, o PCP propôs um **conjunto de medidas excecionais e temporárias, de apoio ao sector, nomeadamente para as rádios locais, imprensa local e regional**, através de uma compensação no valor de 50% dos custos suportados de energia elétrica, telecomunicações, a utilização/ocupação do espectro, consubstanciada nas taxas pagas à ANACOM e seguros e a comparticipação a 100% no custo da sua expedição postal para assinantes. Propôs-se também um **apoio extraordinário à Lusa e à RTP** e a **garantia dos direitos dos trabalhadores**.

No que diz respeito ao sector da **Saúde**, logo no início do surto epidémico em Portugal, o PCP propôs um conjunto de **medidas excecionais para reforçar a resposta do Serviço Nacional de Saúde no tratamento de doentes com COVID-19**, através, nomeadamente, da reabertura das camas encerradas. A iniciativa previa também a **reorientação de produção industrial, para produção de material clínico, reagentes, medicamentos**, e outros produtos em falta, se necessário com o Governo a assumir a gestão das empresas.

Mais recentemente foi apresentado um **Plano de Emergência para o Serviço Nacional de Saúde** que visa reforçar a sua capacidade para responder aos doentes COVID, aos doentes com outras patologias e recuperar os cuidados de saúde que foram adiados.

VI – O Orçamento do Estado Suplementar de 2020

O processo de debate e votação do Orçamento Suplementar confirmou os receios e discordâncias do PCP em relação à proposta apresentada pelo Governo. Tal como tinha sido afirmado no início do processo orçamental, a proposta do Governo assumia o aprofundamento da desigualdade na repartição do rendimento nacional entre o capital e o trabalho, desde logo por via das medidas de favorecimento ao grande capital, com o alargamento do prazo de reporte dos prejuízos fiscais, a admissão de apoios públicos a empresas sediadas em paraísos fiscais, novos benefícios em sede de IRC e TSU, a fixação de mecanismos e incentivo à concentração do capital, os apoios à chamada retoma da atividade com o prolongamento do Layoff e incentivos à manutenção da laboração com novas e significativas transferências de dinheiros públicos. Medidas feitas à medida dos interesses do capital, que contrastavam com a insistência na desvalorização dos salários e de outras remunerações, no prolongamento do corte nos salários a centenas de milhar de trabalhadores e numa manifesta insuficiência de investimento público para dinamizar a atividade e criar emprego.

Durante o processo de discussão na especialidade, o PCP trabalhou no sentido da melhoria geral do orçamento e apresentou mais de 50 propostas que se centravam na necessidade de dar resposta aos problemas dos trabalhadores e do povo, e que procuravam também eliminar os aspetos mais negativos do documento tal como ele tinha sido apresentado pelo Governo.

Concluída a votação na especialidade verificou-se que os aspetos centrais e mais negativos da proposta se mantiveram e que, apesar da aprovação de um conjunto de propostas apresentadas pelo PCP, se manteve o desequilíbrio entre os interesses do capital e os interesses dos trabalhadores e do povo.

Assim, e perante este quadro de convergência entre o PS e a direita, o PCP decidiu votar contra na votação final global, reafirmando que a gravidade da situação obriga à consideração de uma resposta diferente, que passe por uma política alternativa, patriótica e de esquerda, que assuma como prioridade a valorização do trabalho e dos trabalhadores, dos seus salários e direitos; a defesa da produção nacional e dos sectores produtivos; o controlo público dos sectores estratégicos; a valorização dos serviços públicos, designadamente do SNS; que assuma um caminho soberano de desenvolvimento nacional.

Propostas do PCP aprovadas na especialidade

- A **proibição da anulação da matrícula e a não cobrança de juros** ou outras penalidades em caso de falta ou atraso no pagamento das mensalidades das creches;
- A **dispensa de prova para comprovação de doença profissional aos trabalhadores dos serviços essenciais**, assumindo que a infeção por covid 19 foi em contexto laboral;
- A **equiparação dos trabalhadores com contratos individuais de trabalho aos trabalhadores com contratos de trabalho em funções pública**, para efeitos de dispensa de prova e de indemnização por doença profissional, sendo assegurado o pagamento de 100% do salário por motivo de doença profissional;
- A **aprovação da eletricidade verde** a agricultores, produtores pecuários, cooperativas agrícolas e organizações de produtores;
- A **antecipação de apoios no âmbito da PAC**, através da utilização da verba do Orçamento do Estado;
- A abertura de concursos em 30 dias para a **contratação de profissionais de saúde** para o **Serviço Nacional de Saúde**;

- O **alargamento do número de camas de cuidados intensivos** com o objetivo de alcançar cerca de 950 camas até setembro de 2020 e reforçar em mais 800 **camas de agudos** até ao final do ano;
- A **criação da reserva estratégica de medicamentos e dispositivos**, revista periodicamente, atendendo à evolução tecnológica e epidemiológica, com armazenamento descentralizado nos estabelecimentos hospitalares do Serviço Nacional de Saúde;
- A **suspensão do pagamento por conta das micro, pequenas e médias empresas**, de forma automática, deixando de estar limitada à quebra de faturação;
- A **devolução antecipada dos PEC não utilizados entre 2014 e 2019** para as micro, pequenas e médias empresas;
- A **criação de um regime excecional para os lojistas em centros comerciais**, que contempla o pagamento apenas da componente variável da renda;
- O **estabelecimento de moratória no pagamento da renda ao IHRU para os agregados familiares com quebra de rendimento** e a possibilidade de o senhorio de arrendamento habitacional recorrer a empréstimo do IHRU em caso de falta de pagamento de rendas;
- **Aumento dos valores das bolsas de estudo dos estudantes do ensino superior** e possibilidade de revisão dos montantes em função da perda de rendimentos das famílias em 2020;
- **Extensão das moratórias para pessoas e empresas até março de 2021;**
- **Aplicação das moratórias a empresas que tenham dívidas fiscais ou contributivas** desde que iniciado o processo da sua regularização
- **Apoio extraordinário de emergência para as Associações Humanitárias de Bombeiros**, a partir de julho, no valor mínimo de três prestações mensais do financiamento permanente orçamentado para 2020, nos termos da Lei n.º 94/2015 de 13 de agosto

VII – Os balanços sectoriais

Trabalho e Administração Pública

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou durante esta sessão legislativa um alargado conjunto de iniciativas com vista à elevação das condições de vida dos trabalhadores, desde logo a valorização dos salários e o aumento do Salário Mínimo Nacional para os 850 euros.

Foram apresentadas propostas de eliminação das normas gravosas do código do trabalho, desde logo a eliminação da caducidade da contratação colectiva e reposição do princípio do tratamento mais

favorável para o trabalhador. Apresentaram-se também propostas sobre o trabalho por turnos, devendo ser reconhecida a sua especial penosidade, bem como devendo os seus trabalhadores serem devidamente compensados pelo exercício dessas funções.

Entendendo que o desenvolvimento tecnológico tem que estar ao serviço da melhoria das condições de vida e de trabalho, o PCP tem defendido as 35 horas para todos os trabalhadores e temos combatido a desregulação dos horários de trabalho, bem como defendido a eliminação dos mecanismos de adaptabilidade e bancos de horas. A valorização do trabalho e dos trabalhadores é também inseparável da reposição do pagamento do trabalho suplementar e do reconhecimento do direito ao descanso, tendo o PCP intervindo neste sentido e apresentado propostas que repõe estes direitos, incluindo os 25 dias de férias para todos os trabalhadores.

No combate à precariedade foi desenvolvida uma intervenção continuada e apresentaram-se propostas no sentido de todos os trabalhadores não enquadrados no PREVPAP, mas que respondam a necessidades permanentes das entidades e serviços públicos, fossem integrados na Administração Pública com vínculo efetivo.

Apresentaram-se ainda propostas, no âmbito do OE, de criação, reposição e valorização de carreiras, bem como da contagem de todo o tempo de serviço e de todos os pontos acumulados pelos trabalhadores para progressão nas carreiras. Ainda para estes trabalhadores temos insistido na concretização do direito ao subsídio por penosidade, insalubridade e risco (por regulamentar há mais de 20 anos), bem como numa justa reparação por acidente de serviço. Serviços públicos de qualidade exigem trabalhadores em número adequado e valorizados e tem sido nesse sentido que o PCP tem intervindo.

Segurança Social

A intervenção do PCP permitiu pelo quarto ano consecutivo um aumento extraordinário das pensões e reformas. A valorização das pensões e reformas é condição essencial para o combate à pobreza entre os reformados e pensionistas e tem sido um elemento central na intervenção do PCP.

A intervenção do PCP permitiu que se dessem passos no acesso gratuito às creches, sendo que o PCP continuará a insistir na gratuidade das creches para todas as crianças até à entrada no pré-escolar,

bem como insistirá na implementação de uma efetiva rede pública de creches, tendo já entregues propostas nesse sentido.

O PCP tem insistido na valorização das longas carreiras contributivas, sendo este caminho uma forma de valorizar o tempo de trabalho dos trabalhadores, mas também de valorização da própria Segurança Social pública, universal, solidária, que garante a proteção social em todos os momentos da vida dos cidadãos. Por isso propusemos o acesso à reforma, sem penalizações, para todos os trabalhadores que tenham 40 anos de descontos e a eliminação do fator de sustentabilidade, a reposição da idade de reforma nos 65 anos, melhores condições de acesso à reforma para os desempregados de longa duração e a correção de injustiças para reformados e pensionistas que, empurrados para reformas antecipadas, sofreram cortes brutais nas suas reformas. Apresentaram-se propostas para melhoria da proteção social no âmbito do subsídio de desemprego e do subsídio social de desemprego, mas também para que se faça um caminho de universalidade do abono de família, entendendo o abono de família como um direito de todas as crianças.

Deficiência

O PCP tem tido uma intervenção continuada na defesa da elevação das condições de vida das pessoas com deficiência e temos apresentado propostas, nomeadamente em sede de OE, no sentido de reforçar a proteção social, com o reforço do valor da Prestação Social para a Inclusão e o alargamento da sua abrangência, melhorar as condições no acesso aos produtos de apoio/ajudas técnicas, eliminação de barreiras arquitetónicas e comunicacionais, defendendo a mobilidade das pessoas com deficiência e a acessibilidade a espaços e edifícios públicos ou de utilidade/serviço público, entre outros; defendendo o acesso à Língua Gestual Portuguesa, ao braille e a outros formatos acessíveis às pessoas com deficiência.

Foi proposta a gratuitidade do atestado multiusos propôs-se também que fossem definidas condições de acesso à idade de reforma para as pessoas com deficiência envolvendo as suas organizações representativas.

Saúde

Na área da saúde a prioridade da intervenção do PCP centrou-se no reforço do Serviço Nacional de Saúde, para o dotar de capacidade para responder às necessidades de saúde dos utentes.

Propôs-se o reforço da contratação de profissionais de saúde para os centros de saúde, hospitais, saúde pública e cuidados continuados e paliativos e a criação de um programa de valorização profissional, social e remuneratória dos profissionais de saúde, através da dignificação das carreiras e do avanço no sentido da criação do regime de dedicação exclusiva. Atendendo à rutura da negociação coletiva com as estruturas sindicais de forma unilateral pelo Governo e à necessidade de resolver problemas imediatos e de remover injustiças, o PCP apresentou iniciativas legislativas de valorização da carreira de enfermagem e da carreira de técnico superior de diagnóstico e terapêutica.

Noutro plano, de forma a ampliar e modernizar as infraestruturas e equipamentos o PCP apresentou um projeto de lei de programação de investimento nos estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde. Propôs-se a criação do Laboratório Nacional do Medicamento, tendo sido aprovado no Orçamento de Estado de 2020, com o objetivo de produção de medicamentos e de desenvolvimento de investigação nesta área.

Para assegurar a acessibilidade dos utentes aos cuidados de saúde foi proposto o alargamento da isenção das taxas moderadoras com vista à sua eliminação até ao final de 2021, a atribuição gratuita do transporte de doentes não urgentes e a dispensa gratuita de medicamentos aos doentes crónicos, às pessoas com mais de 65 anos e às pessoas com carência económica.

Considerando o objetivo de assegurar a gestão pública dos estabelecimentos de saúde do SNS, de acordo com o princípio da Lei de Bases da Saúde e de pôr fim às parcerias público privadas na saúde, o PCP apresentou a apreciação parlamentar o decreto-lei que estabelece as regras para a celebração de contratos de parceria de gestão na área da saúde.

Economia

O PCP, dando expressão ao seu compromisso com os trabalhadores, confrontou e questionou o Governo em múltiplas iniciativas sobre as condições de trabalho e sobre o cumprimento dos direitos dos trabalhadores da atividade turística, do transporte fluvial, rodoviário, ferroviário e aéreo, do serviço público postal, da manutenção e reparação de infraestruturas, do sector portuário, das telecomunicações. Apresentou iniciativas legislativas para um novo regime de trabalho portuário, a modernização do sector do táxi, entre outras matérias.

No plano da defesa da produção nacional e do aparelho produtivo, a intervenção do PCP centrou-se na salvaguarda dos rendimentos dos micro e pequenos empresários, na criação de condições mais favoráveis às MPME, como são exemplos as propostas dirigidas ao arrendamento não habitacional, à discriminação positiva a nível fiscal, a criação de uma conta corrente entre o Estado e as MPME, a salvaguarda e a manutenção do potencial produtivo, a eliminação de entraves na relação das MPME com a banca e o Estado.

A recuperação para o domínio público de empresas estratégicas à economia nacional, da TAP e SPdH aos CTT, da reversão da fusão que deu origem à IP, à EFACEC, colocando sempre a necessidade de salvaguardar o interesse público e a soberania e independência nacional.

No sector dos transportes, a defesa do aumento da oferta de transportes públicos para servir as populações, a renovação e o reforço das frotas, o reforço da redução tarifária e o seu alargamento a todo o território, a modernização de infraestruturas rodoviárias e ferroviárias, a exigência do fim das portagens nas ex-SCUT.

Na garantia dos direitos dos consumidores, o combate à obsolescência programada e pela durabilidade dos equipamentos eletrónicos foi uma proposta pioneira e inovadora, em que o PCP foi o primeiro partido a apresentar uma iniciativa legislativa em Portugal, cujo processo de debate na especialidade prossegue na comissão parlamentar.

Habitação

Na anterior Legislatura foram introduzidas alterações ao Regime do Arrendamento Urbano que permitiram dar maior proteção aos inquilinos e arrendatários. Foram medidas que tiveram o forte empenho do PCP, mas muito falta fazer. Vários dos aspetos ainda não resolvidos prendem-se com a instabilidade no arrendamento designadamente pela curta duração dos contratos de arrendamento, a ainda facilidade que é concedida aos despejos enquanto procedimento administrativo que não requer o contraditório a que obriga o processo judicial, ou a penhora da habitação própria e permanente sem ser tida em conta qualquer circunstâncias que conduza a restrições de penhora ou de execução da hipoteca.

E foi nesse sentido que o PCP, já nesta XIV Legislatura, apresentou iniciativas que visam colmatar esses aspetos:

- Prolongamento dos contratos de arrendamento para 10 anos, garantindo maior estabilidade aos arrendatários (PJL 69/XIV);
- Extinção do Balcão Nacional do Arrendamento e reposição do procedimento especial de despejo por via judicial (PJL 14/XIV);
- Alteração ao Código do Processo Civil estabelecendo um regime de impenhorabilidade da habitação própria e permanente e fixando restrições à penhora e à execução de hipoteca.

Na sequência da luta das populações, das comissões e organizações de moradores e da intervenção do PCP tem sido possível remover muitos aspetos negativos quando estamos perante rendas inoportáveis para habitação permanente para as famílias com baixos rendimentos. Mas o Grupo Parlamentar do PCP continua a responder às necessidades das famílias dando continuidade à sua intervenção na defesa do direito constitucional à habitação propondo alterações ao regime do arrendamento apoiado, centrando as suas propostas na alteração dos critérios para o cálculo do valor da renda; a indexação das deduções e majorações ao salário mínimo nacional; uma maior majoração para os idosos e a determinação da taxa máxima em 15% Alteração ao Regime do Arrendamento Apoiado para Habitação – PJL 157/XIV).

Dando cumprimento à Lei de Bases da Habitação, o PCP considera da maior importância a mobilização do património público habitacional como forma de combater a espiral especulativa e operar no controlo do mercado de arrendamento contribuindo assim para aumentar a promoção pública de habitação e concretizar programas públicos de habitação. Assim, no Projeto de Resolução 230/XIV, o PCP propõe que o Governo apresente à Assembleia da República uma relação do património público, incluindo do Setor Empresarial do Estado, a Administração Indireta do Estado e a Segurança Social, com vocação habitacional imediata ou após obras de adaptação.

Arrendamento não habitacional

A importância das micro, pequenas e médias empresas para a economia nacional, para o emprego, para a vida das populações, é uma realidade inegável que exige respostas efetivas também em matéria de arrendamento e garantia de permanência. Por seu turno, o Movimento Associativo Popular traduz um valor e enraizamento nas populações que não pode ser destruído por falta de instalações, degradação de sedes ou dificuldades de tesouraria que dificultem o seu normal funcionamento.

O PCP propôs a criação de um regime autónomo de arrendamento para atividades económicas, associativas e culturais (PJL 171/XIV) que dá respostas concretas: a regulação geral do contrato de

locação e os aspetos gerais de regulação especial para os arrendamento não habitacionais; a duração mínima do contrato para estabilizar o exercício da atividade e a utilização das infraestruturas; a renovação automática dos contratos por um período de cinco anos; a criação de um regime de indemnização por denúncia unilateral ou oposição à renovação do contrato por parte do senhorio; aperfeiçoamentos nos regimes de trespasse, da cessão da posição contratual.

Energia

No domínio energético, o PCP interveio no sentido do desagravamento dos custos da energia para os consumidores, propondo a reposição do IVA aplicável à taxa de 6%; o prolongamento das tarifas reguladas de gás natural e eletricidade, combatendo as medidas que continuam a agravar estas tarifas (tendo chamado a ERSE à AR para prestar esclarecimentos sobre as suas propostas tarifárias); o combate às rendas excessivas e à revisão unilateral dos contratos assinados com os fornecedores e distribuidores; a promoção da eficiência energética; a defesa da necessidade de o Governo usar os meios legais para impedir a alienação de barragens por parte da EDP; a defesa dos direitos dos trabalhadores do sector, como na Petrogal/GALP, que promoveu o despedimento de trabalhadores, apesar de continuar a distribuir dividendos pelos seus acionistas, com o assentimento do Governo.

Fiscalidade

No plano da política fiscal, o PCP bateu-se por um sistema tributário mais justo, que alivie a tributação sobre os rendimentos do trabalho e tribute de forma mais adequada o grande capital.

No IRS, apresentaram-se propostas para desagravar o imposto sobre rendimentos mais baixos, como a atualização do mínimo de existência, da dedução específica e o aumento do número de escalões; propôs-se ainda o englobamento obrigatório de rendimentos acima de 100 mil euros, evitando a utilização de taxas liberatórias que servem para que os rendimentos mais altos paguem menos impostos.

No IRC, foram aprovadas propostas do PCP que reduzem a tributação sobre as micro pequenas e médias empresas, como a suspensão dos pagamentos por conta em 2020 e a devolução antecipada dos PEC não deduzidos. Foram várias as propostas do PCP para aumentar a tributação sobre os lucros das grandes empresas e garantir que os lucros que são gerados em Portugal sejam tributados em território nacional, impedindo as transferências para paraísos fiscais ou regimes mais favoráveis.

Sistema Financeiro

No setor da banca e sistema financeiro, o PCP defendeu que não deve ser entregue nem mais um cêntimo ao Novo Banco sem que seja garantido o seu controlo público, colocando-o ao serviço do país. O PCP interveio no sentido de alargar as condições de acesso aos serviços mínimos bancários, combatendo assim os abusos nas comissões bancárias. Foi proposto o fim das taxas sobre operações realizadas em plataformas digitais, proposta que não tendo sido aprovada, contribuiu para a aprovação de uma limitação à cobrança destas taxas.

Agricultura

A atividade parlamentar do PCP na área da agricultura e florestas centrou-se na defesa e valorização da pequena e média agricultura, da agricultura familiar e do mundo rural, respondendo à necessidade de concretizar medidas no âmbito do Estatuto da Agricultura Familiar e apoio ao rendimento dos agricultores, ao apoio à destruição de culturas por intempéries, na restrição à instalação de culturas permanentes intensivas e superintensivas, e ainda de continuação do apoio às zonas afetadas pelos grandes incêndios de 2017 e 2018.

Nesta primeira o PCP apresentou um conjunto de 8 Projetos de Lei e 7 Projetos de Resolução nas áreas da agricultura e florestas, destacando-se a aprovação do apoio à eletricidade verde, a antecipação das ajudas para agosto dos apoios do Pedido Único e os apoios para o setor do vinho.

Na construção do Orçamento de Estado o Grupo Parlamentar do PCP apresentou 17 propostas de alteração na área da agricultura e florestas, nomeadamente propostas de alteração contendo dezenas de medidas para assegurar a melhoria da defesa da floresta e do combate aos incêndios, de valorização da agricultura familiar e do mundo rural, do controlo de pragas, de reforço das estruturas relacionadas com a agricultura, contemplando ainda as obras necessárias no Aproveitamento Hidroagrícola do Mondego.

Pescas

A atividade parlamentar do PCP na área das pescas centrou-se na defesa e valorização da pesca artesanal e costeira e dos seus rendimentos, com particular incidência no setor da pesca do cerco,

muito afetado pelas restrições à captura de pescado e na proposta de intervenção ao nível das barras e portos de modo a garantir a segurança dos pescadores no exercício da atividade.

Nesta primeira Sessão Legislativa o PCP apresentou uma apreciação parlamentar, um conjunto de 3 Projetos de Lei e 3 Projetos de Resolução, destacando-se a aprovação das medidas de promoção do escoamento de pescado proveniente da pesca artesanal.

Na construção do Orçamento de Estado o Grupo Parlamentar do PCP apresentou 5 propostas de alteração na área da pesca, com intervenção ao nível das infraestruturas, da requalificação da frota de pesca, na valorização do pescado e da contagem do tempo de reforma dos profissionais da pesca, situação última que foi aprovada.

Para além das iniciativas legislativas, o Grupo Parlamentar do PCP endereçou 11 questões ao Governo visando obter esclarecimentos quanto a um conjunto alargado de matérias relacionadas com as pescas.

Cultura

Na presente sessão legislativa, o PCP interveio em defesa do direito à criação e à fruição cultural em todas as suas vertentes, lutando contra a precariedade e o subfinanciamento das artes e da cultura. Com esse objetivo foram apresentadas diversas iniciativas legislativas, propostas em sede de Orçamento do Estado e foram realizadas perguntas e requerimentos.

Destaca-se a intervenção com vista à revisão dos resultados do Programa de Apoio Sustentado às Artes bienal 2020-2021; a exigência de um programa de emergência para o reforço da resposta pública ao nível do Património Cultural e a valorização dos museus, palácios, monumentos e sítios arqueológicos; a reivindicação a existência de apoio ao circo e às artes circenses; entre outras questões.

Educação

Na Educação, o PCP não desistiu e apresentou, mais uma vez, propostas no sentido da contabilização integral do tempo de serviço de professores e educadores. Combateu, empenhadamente, a precariedade dos trabalhadores das escolas - professores, educadores, técnicos especializados,

auxiliares, administrativos - defendendo a vinculação de todos os que suprem necessidades permanentes e a contratação de todos os trabalhadores em falta.

Interveio ainda para garantir o reforço da Ação Social Escolar, o alargamento da gratuitidade dos manuais ao1 restante material escolar, contribuindo para o alívio de encargos das famílias e para a defesa do direito à Educação dos estudantes.

Ensino Superior e Ciência

No Ensino Superior e Ciência, o PCP defendeu o direito de todos ao acesso aos mais elevados graus do ensino e do conhecimento. Assim, lutou pela remoção das várias barreiras à frequência, nomeadamente as propinas, pelo financiamento digno e pelo reforço da Ação Social Escolar. Apresentou várias propostas para combater a precariedade de todos os trabalhadores do Superior e da Ciência, defendendo, entre outras questões, a revogação do Estatuto do Bolseiro de Investigação e a integração dos investigadores com contrato de bolsa que satisfazem necessidades permanentes.

O PCP defendeu e propôs ainda a existência de um regime de gestão das instituições verdadeiramente democrático, propondo o fim do atual RJIES e do regime fundacional.

Comunicação Social

O PCP interveio na defesa do serviço público de rádio e televisão, bem como do serviço de agência noticiosa e apresentou propostas nesse sentido. Foi proposto o reforço da indemnização compensatória para a Agência Lusa e foram apresentadas propostas para a RTP, seja no sentido de serem saldadas as dívidas do Estado para com a RTP, seja no sentido de garantir que a RTP tem todos os meios para cumprir a sua missão de serviço público e para assegurar o cumprimento do princípio constitucional da responsabilidade do Estado na garantia dos serviços públicos de rádio e de televisão, nomeadamente através de uma iniciativa de um novo Estatuto da Rádio e Televisão de Portugal.

Apresentaram-se propostas, incluindo em sede de OE, para a comunicação social local e regional, que devem merecer também uma especial atenção pela proximidade às populações e por darem voz a realidades culturais e sociais que não têm lugar na comunicação social nacional.

Justiça

Na área da Justiça, o PCP apresentou projetos de lei:

De proteção das vítimas de violência doméstica, permitindo a ocultação da morada das vítimas nos processos judiciais (aprovado); de alargamento da rede e da competência dos julgados de paz e de atribuição de um suplemento de insularidade aos guardas prisionais que prestam serviço nas regiões autónomas;

No âmbito do OE para 2020, foram aprovadas propostas do PCP de congelamento do valor das custas judiciais e de isenção de custas nos processos de acompanhamento de maiores. Foram, porém, rejeitadas, propostas:

De criação de um Plano Plurianual de Investimento da Investigação Criminal; De integração do suplemento de recuperação processual no salário dos oficiais de justiça; De proibição do Estado de recorrer à arbitragem como forma de resolução de litígios em matéria administrativa e fiscal; De redução da taxa de justiça ou das custas quando as partes submetam a questão para homologação judicial ou cheguem a acordo na pendência do processo; De isenção de custas para os sinistrados em acidentes de trabalho e os trabalhadores com doença profissional; De contratação de 100 inspetores, 50 peritos financeiros, 30 criminalistas e 20 seguranças para a Polícia Judiciária; De abertura de concurso para ingresso de trabalhadores no Instituto dos Registos e do Notariado; De promoções no Instituto dos Registos e do Notariado; De reforço de meios humanos para as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens; De criação de gabinetes de apoio destinados a prestar assessoria e consultadoria técnica aos Magistrados Judiciais e do Ministério Público

Autarquias

Nesta sessão legislativa o PCP interveio no sentido de reforçar a autonomia do Poder Local Democrático e do reforço dos meios financeiros, nomeadamente através das transferências no Orçamento do Estado para 2020.

O PCP propôs um calendário para a instituição das Regiões Administrativas em 2021, com o objetivo de dar concretização ao desígnio constitucional e avançar com o processo de regionalização, fundamental para o desenvolvimento regional e a eliminação de assimetrias entre os territórios.

Foi apresentada a apreciação parlamentar do Decreto-lei que altera a orgânica das Comissões de Coordenação de Desenvolvimento regional, propondo a sua cessação de vigência. O dito processo de

democratização das CCDR para além de não passar de um embuste, constitui um obstáculo à criação das regiões administrativas.

Honrando os compromissos assumidos e corporizando as reivindicações das populações, o PCP apresentou ainda uma iniciativa legislativa para repor as freguesias extintas onde seja essa vontade das populações, nas próximas eleições autárquicas.

Ambiente

A iniciativa política do PCP incidiu fortemente na defesa dos recursos naturais como bacias hidrográficas e recursos hídricos, nomeadamente do Sado e Tejo, ao nível dos solos ou da monitorização da qualidade do ar. A atividade ficou marcada por uma grande preocupação com os resíduos, ao nível da redução da sua produção (embalagens supérfluas, obsolescência programa) e exigência de rigor ao nível da recolha, gestão, tratamento e deposição em aterro.

A defesa da biodiversidade e dos animais foi também uma preocupação constante, tendo incidido em medidas de defesa de espécies protegidas, controlo de invasoras e na garantia nos CRO e criação de soluções para animais exóticos e selvagens.

Destaca-se a apresentação da proposta de uma nova Lei de Bases do Ambiente e da Ação Climática, onde estão consagrados os diferentes aspetos de uma política de defesa do ambiente com uma visão integrada e conseqüente.

Administração Interna

Assegurando a devida separação entre defesa e segurança o PCP apresentou iniciativa legislativa respeitante à Autoridade Marítima Nacional, e procurou clarificar a natureza da Polícia Marítima através da criação da respetiva lei orgânica.

Propôs-se um suplemento remuneratório para os elementos femininos das forças e serviços de segurança que por motivo de gravidez deixaram de desempenhar missões que implicavam o pagamento de tais acréscimos remuneratórios.

A inexistência de um horário de referência semanal na GNR é um problema há muito identificado por todos os profissionais da GNR, pelo que foi proposta pelo PCP a consagração de 36 horas semanais.

A atividade policial, pelos riscos que compreende deve garantir que os profissionais se encontram nas melhores condições de saúde, físicas, mentais e sociais, e como tal foi também apresentada proposta com vista à melhoria das suas condições de segurança e saúde no trabalho. O PCP apresentou também uma proposta para caracterizar e definir a condição policial, definindo as bases gerais do correspondente estatuto. Foi ainda apresentado um projeto de lei de definição do estatuto do formador da PSP.

Proteção Civil

Na área da proteção civil, por proposta do PCP, foi feita a Apreciação Parlamentar do Decreto-Lei e apoios às associações de bombeiros voluntários no âmbito da COVID 19, tendo sido aprovadas diversas propostas do PCP de aditamento a esse diploma. Foi consagrado o pagamento das dívidas de entidades públicas aos bombeiros no prazo de 45 dias; o fornecimento dos equipamentos de proteção individual por parte da ANEPC; a revisão do protocolo com o INEM e a ANEPC para que os serviços realizados pelos bombeiros para estas entidades sejam pagos pela totalidade dos respetivos custos; e foi ainda determinada a revisão das apólices de seguros de modo a reforçar as coberturas por acidentes em serviço, incluindo o contágio por doença infectocontagiosa.

No âmbito do Orçamento Suplementar para 2020 foi aprovada, por proposta do PCP, a atribuição aos bombeiros de uma dotação não reembolsável de 7 milhões de euros para fazer face ao aumento de despesas com a COVID 19. Foi entretanto rejeitada a proposta do PCP de “gasóleo verde” para as viaturas dos bombeiros.

Defesa Nacional

Através da proposta de Estatuto do Antigo Combatente foi expresso o reconhecimento e a solidariedade do Estado aos antigos combatentes que cumpriram os seus deveres militares, em condições de perigo e risco para as suas vidas. Porém, o acréscimo vitalício de pensão e a pensão mínima de dignidade que constavam do projeto do PCP foram rejeitadas, o que levou o PCP a abster-se na votação final global deste diploma.

2. Debate do Programa do Governo

Debate programa do Governo do Partido Socialista – 30 de Outubro de 2019

Intervenção de Jerónimo de Sousa - «Estamos perante um programa vago e abrangente elaborado para não se comprometer em concreto com as opções políticas que nas diversas áreas se impõem»

Intervenção de António Filipe - «O País não pode tratar as pessoas que asseguram serviços essenciais do Estado como peças descartáveis»

Intervenção de Paula Santos - «O PCP propõe a revisão do atual modelo de apoio às artes introduzindo uma vertente não concursal»

Intervenção de João Oliveira - «Para o PCP o critério para as contas certas é o da solução dos problemas do país e da resposta às necessidades dos trabalhadores e do povo»

Intervenção de Duarte Alves - «Garantir um melhor acesso dos portugueses à energia, um bem essencial, exige um conjunto de medidas que não se encontram no Programa do Governo»

Intervenção de João Dias - «É necessário apostar na valorização da produção nacional e sobretudo defender a florestal e a produção agrícola e florestal familiar»

Intervenção de Alma Rivera - «Os problemas ambientais que enfrentamos não se esgotam nas questões climáticas e vão muito além disso»

Intervenção de António Filipe - «A Legislação deve encontrar uma forma razoável de permitir a integração dos imigrantes e das suas famílias não só no mercado de trabalho mas na sociedade»

Intervenção de Diana Ferreira - «Para cumprir os direitos das crianças é preciso garantir os direitos aos pais e às mães trabalhadoras»

Intervenção de Bruno Dias - «O PCP reafirma que é, não apenas necessário, mas possível defender e promover o nosso aparelho produtivo»

Intervenção de Duarte Alves - «10 mil milhões de euros, em quatro anos, para áreas tão importantes como transportes, SNS, escola pública e agricultura, é claramente insuficiente»

Intervenção de Jerónimo de Sousa - «Cá estamos para fazer avançar as condições de vida e o desenvolvimento do País. É esta a garantia que os trabalhadores e o povo podem dar como certa»

3. Debates Temáticos / Agendamentos Potestativos / Interpelações ao Governo

- **Debate temático – [Apoio às Artes](#) – (29/11/2019)**

Intervenção de Ana Mesquita - [«O PCP tudo fará, pela sua ação política e institucional, pelo apelo e apoio à mobilização do mundo da cultura»](#)

Intervenção de Ana Mesquita - [«A senhora Ministra não disse nada em relação ao encerramento de portas que já está previsto por parte de várias companhias»](#)

Intervenção de Diana Ferreira - [«Muitas companhias e estruturas do Porto e região Norte do País estão hoje confrontadas com incertezas porque não tiveram apoio nos Bienais 2020/21»](#)

Intervenção de João Dias - [«Sra Ministra, como vai resolver a situação de injustiça para com tecido criativo e cultural do Alentejo?»](#)

Intervenção de Duarte Alves - [«No distrito de Lisboa se registam assimetrias no acesso à Cultura com dezenas de estruturas excluídas com anos de trabalho reconhecido por todos»](#)

Intervenção de Paula Santos - [«A nossa Constituição coloca que o Governo tem responsabilidade de incentivar e assegurar o acesso de todos à Cultura»](#)

Intervenção de João Oliveira - [«Este não é um debate sobre benesses ou privilégios como as injeções de capital do Novo Banco, é um debate sobre o direito à criação e fruição cultural»](#)

- **Debate sobre o Programa de Estabilidade e o Plano Nacional de Reformas – (14/05/2020)**

Projeto de Resolução N.º 442/XIV/1.^a - [Pelo direito soberano de Portugal decidir do seu futuro: combater o vírus e o seu aproveitamento, assegurar o desenvolvimento do País](#)

Intervenção de Duarte Alves - [Perante um Governo que sujeita o País ao visto prévio de Bruxelas, o PCP apresenta opções de uma política alternativa](#)

Intervenção de Duarte Alves – [Pergunta ao Ministro do Planeamento sobre Programa de Estabilidade e Crescimento](#)

- **Interpelação ao Governo sobre [Proteção, direitos e salários dos trabalhadores no atual contexto económico e social](#)” – (19/06/20)**

Intervenção de Diana Ferreira - [Proteção, direitos e salários dos trabalhadores no atual contexto económico e social](#)

Intervenção de Paula Santos - [A lição que se retira deste surto epidémico é a centralidade do trabalho na nossa sociedade](#)

Intervenção de Vera Prata - [«É urgente e necessário a adoção de um Plano Nacional de Combate à Precariedade como o PCP defende»](#)

Intervenção de Bruno Dias - [«Há Layoff a mais, trabalhadores e transportes a menos. Vai ou não o Governo agir e pôr cobro a esta situação?»](#)

Intervenção de Alma Rivera - [«Nem um direito a menos para quem trabalha. Os direitos não estão de quarentena, é preciso sim defendê-los e o PCP cá estará para isso»](#)

Intervenção de António Filipe - [«Reforçar os serviços públicos e avançar na promoção dos direitos dos trabalhadores e do povo»](#)

- **Marcação da Ordem do Dia – [A política alternativa e a resposta às necessidades do povo português: soberania alimentar, produção e emprego \(08/07/2020\)](#)**

Intervenção de António Filipe - [A produção nacional é necessária para defender a soberania. E a soberania é necessária para garantir e promover a produção nacional](#)

Intervenção de João Dias - [Quando nos obrigam a comprar no estrangeiro aquilo que podemos produzir em Portugal, está em causa a Soberania Nacional!](#)

Intervenção de Bruno Dias - [«O País já produziu comboios, e deixou de os fabricar quando destruíram a SOREFAME. Não esquecemos»](#)

Intervenção de Paula Santos - [«Quem nos acusa de isolacionismo são os mesmos que estão sempre disponíveis para que sejam outros a decidir por nós»](#)

4. Debates Parlamentares sobre o surto epidémico «COVID-19»

4 de março de 2020 -Debate com Primeiro-Ministro “Prevenção e contenção da epidemia COVID-19”

Intervenção Jerónimo de Sousa - [O papel do SNS como único e real instrumento de defesa da saúde dos portugueses é inquestionável](#)

13 de março de 2020 -Debate de atualidade marcado pelo CDS sobre a resposta do País ao surto epidémico

Intervenção de Paula Santos - [Covid19: Combater o surto com o reforço do SNS e rejeitar o ataque aos direitos dos trabalhadores](#)

18 de março de 2020 - Debate sobre o pedido de autorização da declaração do estado de emergência e debate de iniciativas legislativas de resposta à epidemia

Intervenção de João Oliveira - [Sobre o pedido de autorização da declaração do estado de emergência](#)

Intervenção de António Filipe - [COVID 19: Propostas e medidas do PCP para proteger os trabalhadores e o povo português](#)

Proposta de Alteração à PPL n.º.17/XIV/1.ª que aprova medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo novo Coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19 – [As propostas do PCP](#)

24 de março de 2020 -Debate com Primeiro-Ministro

Intervenção Jerónimo de Sousa - [Alargar a capacidade de resposta do SNS. Proteger salários e rendimentos](#)

2 de abril de 2020 - Debate sobre a renovação do estado de emergência

Intervenção de João Oliveira - [Defendemos medidas de prevenção e apoio social e distanciamo-nos do Estado de Emergência](#)

16 de abril de 2020 - Apreciação do relatório sobre o estado de emergência e debate sobre pedido de autorização para renovação do estado de emergência

Intervenção de António Filipe - [Apreciação do Relatório sobre a aplicação da declaração do estado de emergência](#)

Intervenção de João Oliveira - [Sobre a segunda renovação da Declaração Estado de Emergência e o voto contra do PCP](#)

22 de abril de 2020 -Debate com Primeiro-Ministro

Intervenção Jerónimo de Sousa - [É preciso que os direitos que conquistámos com a Revolução de Abril se concretizem na vida de quem trabalha para que Abril se cumpra](#)

30 de abril de 2020 - Debate sobre o relatório da aplicação da 2ª declaração do estado de emergência, que corresponde ao período de 3 a 17 de abril de 2020

Intervenção de João Oliveira - [Estado de emergência não é igual às medidas de resposta à epidemia](#)

21 de maio de 2020 - Debate sobre o relatório da aplicação da 3ª declaração do estado de emergência, que corresponde ao período de 18 de abril a 2 de maio de 2020

Intervenção de António Filipe - [As medidas para o combate ao vírus são necessárias, o Estado de Emergência não era necessário](#)

5. Debate do Orçamento do Estado

Debate do Orçamento do Estado para 2020

O Orçamento do Estado na página do PCP - www.pcp.pt/oe2020

Proposta de Lei n.º 5/XIV/1.ª - [Aprova o Orçamento do estado para 2020](#)

Pesquisa de propostas de alteração - [site do OE2020](#)

Declaração de João Oliveira sobre a [Proposta de Orçamento do Estado para 2020](#) (17/12/19)

Debate na Generalidade do OE2020

Intervenção de Jerónimo de Sousa - [«A questão não está em saber se há ou não Orçamento mas se este responde de facto às aspirações de milhões de portugueses»](#)

Intervenção de João Oliveira - [«O excedente orçamental não seria um problema se os problemas do País fossem resolvidos»](#)

Intervenção de Paula Santos - [«Educação e cultura não mereceram a atenção do Sr. Primeiro-Ministro na sua intervenção, o que por si só é motivo de preocupação»](#)

Intervenção de António Filipe - [«O Orçamento não pode ignorar o investimento na segurança e na proteção civil»](#)

Intervenção de Bruno Dias - [«Quando faltam os transportes, as pessoas não apanham o excedente de manhã para ir trabalhar»](#)

Intervenção de Duarte Alves - [«Havia e há margem orçamental para dar resposta aos problemas económicos e sociais do País»](#)

Intervenção de Duarte Alves - [«Entregue um mapa que especifique todos os investimentos, projeto a projeto, concelho a concelho»](#)

Intervenção de João Dias - [«Para o PCP o Orçamento do Estado é uma oportunidade para o combate às desigualdades territoriais»](#)

Intervenção de Diana Ferreira - [«O PCP não deixará de intervir para o reforço da proteção social e elevação das condições de vida do povo português»](#)

Intervenção de Paula Santos - [«O Orçamento vai de facto ser investido para aumentar a capacidade de resposta do SNS ou simplesmente corresponde à atual capacidade?»](#)

Intervenção de João Dias - [«Para o PCP a isenção das Taxas Moderadoras é o caminho para a sua eliminação»](#)

Intervenção de Jerónimo de Sousa - [«O Governo dá ao excedente aquilo que falta ao País»](#)

Debate na Especialidade do OE2020— Debate na Comissão

PCP questiona [Ministra da Saúde OE2020](#)

PCP questiona [Ministro do Planeamento OE2020](#)

CP questiona [Ministro da Economia e da Transição Digital OE 2020](#)

PCP questiona [Ministro das Infraestruturas e Habitação OE 2020](#)

PCP questiona [Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior OE2020](#)

PCP questiona [Ministro do Ambiente e da Ação Climática OE 2020](#)

PCP questiona [Ministro dos Negócios Estrangeiros OE 2020](#)

PCP questiona [Ministro da Defesa Nacional OE 2020](#)

PCP questiona [Ministro da Administração Interna OE 2020](#)

PCP questiona [Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública OE 2020](#)

PCP questiona [Ministro da Educação OE 2020](#)

PCP questiona [Ministra da Cultura OE 2020](#)

PCP questiona [Ministra da Justiça OE 2020](#)

PCP questiona [Ministra da Agricultura OE 2020](#)

PCP questiona [Ministra do Trabalho, Solidariedade e da Segurança Social OE 2020](#)

PCP questiona [Ministro dos Negócios Estrangeiros OE 2020](#)

PCP questiona [Ministro do Mar OE 2020](#)

PCP questiona [Ministra da Coesão Territorial OE 2020](#)

PCP questiona [Ministro das Finanças OE 2020](#)

PCP questiona [Ministra da Presidência sobre OE 2020](#)

A intervenção e as propostas do PCP

Consultar as [propostas apresentadas do PCP](#)

Debate na Especialidade do OE2020 - Plenário

Intervenção de Duarte Alves [Sobre as propostas do PCP para o OE 2020](#)

Intervenção de Bruno Dias [Propostas do PCP para Mais e Melhores Transportes Públicos](#)

Intervenção de Diana Ferreira [Propostas do PCP para valorizar os Serviços Públicos e os seus trabalhadores](#)

Intervenção de Ana Mesquita [Propostas do PCP para o Ensino Superior e a Ciência](#)

Intervenção de Diana Ferreira [Propostas do PCP para valorizar as pensões](#)

Intervenção de Diana Ferreira [Propostas do PCP para garantir creches públicas e gratuitas para todas as crianças](#)

Intervenção de António Filipe [Propostas do PCP para as forças e serviços de segurança](#)

Intervenção de Diana Ferreira [Avocação da proposta do PCP para valorização das pensões](#)

Intervenção de Diana Ferreira [Avocação da proposta do PCP para valorização das prestações sociais para pensionistas e idosos](#)

Intervenção de Bruno Dias [Avocação de propostas do PCP para garantia do direito à habitação](#)

Intervenção de Alma Rivera [Propostas do PCP para um Ensino Superior Público, Gratuito, Democrático e de Qualidade para todos](#)

Intervenção de Ana Mesquita [Propostas do PCP para valorização da Escola Pública](#)

Intervenção de João Dias [Propostas do PCP para o Serviço Nacional de Saúde](#)

Intervenção de Paula Santos [Propostas do PCP na área do medicamento](#)

Intervenção de Duarte Alves [Propostas do PCP sobre Energia](#)

Intervenção de Alma Rivera [Propostas do PCP para a remoção do amianto e para a defesa e preservação do ambiente](#)

Intervenção de Ana Mesquita [Propostas do PCP para a cultura](#)

Intervenção de Duarte Alves [Propostas do PCP para o IRS e para o IRC](#)

Intervenção de Bruno Dias [Avocação da proposta do PCP de expansão da rede do Metropolitano de Lisboa](#)

Intervenção de Ana Mesquita [Avocação das propostas do PCP de valorização do Património Cultural](#)

Intervenção de João Dias [Avocação das propostas do PCP de valorização da agricultura familiar](#)

Intervenção de Diana Ferreira [Avocação de propostas do PCP que respondem aos problemas das pessoas com deficiência](#)

Intervenção de Paula Santos [Propostas do PCP para garantir o acesso gratuito à Saúde](#)

Intervenção de António Filipe [Propostas do PCP na área da Justiça](#)

Intervenção de António Filipe [Avocação da proposta do PCP sobre o subsídio de risco para as forças e serviços de segurança](#)

Intervenção de João Oliveira [PCP confronta PSD sobre IVA da eletricidade OE 2020](#)

Intervenção de encerramento do debate do Orçamento do Estado para 2020

Intervenção de João Oliveira [«Não há solução para os problemas do País sem uma rutura com a política de direita!»](#)

Propostas do PCP aprovadas no âmbito da apreciação do Orçamento do Estado para 2020

Proteção Social

Aumento Extraordinário das Pensões

Foi aprovada pelo quarto ano consecutivo o aumento extraordinário das pensões. Em 2020, no mês seguinte à entrada em vigor do Orçamento do Estado, os reformados com pensões até 1,5 IAS (658,215 euros) terão um aumento de 10 euros e de 6 euros para as pensões com montante atualizado entre 2011 e 2015.

Gratuidade da creche para o 1.º escalão da comparticipação familiar e para o 2.º escalão de rendimentos a partir do segundo filho

Em 2020 é garantida a gratuidade da creche às famílias do 1.º escalão de rendimentos e às famílias do 2.º escalão de rendimentos, a partir do segundo filho. A aprovação desta proposta é um primeiro passo no sentido da gratuidade da creche para todas as crianças.

Contabilização de tempo de serviço para cálculo da reforma dos profissionais da pesca

A aprovação desta proposta permite uma valorização efetiva do valor da reforma para os profissionais da pesca, determinando que o Governo tem 90 dias para aprovar o regime especial de contabilização do tempo de serviço para acesso à reforma dos profissionais da pesca. É também aprovado o recálculo das pensões já atribuídas, aplicando-se o critério mais favorável.

Deficiência

Definição de condições de acesso à reforma para pessoas com deficiência

O Governo ficou obrigado a definir as condições de acesso à reforma para as pessoas com deficiência, em conjunto com as suas organizações representativas, com vista à entrada em vigor do referido regime legal até final do ano de 2020.

Prestação por incapacidade no âmbito da PSI (bombeiros e outros agentes de proteção civil)

O Governo ficou obrigado a regulamentar as condições específicas de acesso à prestação social para a inclusão por pessoas com incapacidade que resulte de acidente ocorrido no âmbito de funções relacionadas com missões de proteção e socorro, designadamente bombeiros e outros agentes de proteção civil.

Revisão do Sistema de Atribuição dos Produtos de Apoio (SAPA)

O Governo ficou obrigado a proceder, durante o primeiro semestre de 2020, à revisão do Sistema de Atribuição dos Produtos de Apoio (SAPA), envolvendo as organizações representativas das pessoas com deficiência, com o objetivo assegurar a entrega dos produtos de apoio solicitados num prazo máximo de 45 dias.

Saúde

Criação do Laboratório Nacional do Medicamento

Foi aprovada a criação do Laboratório Nacional do Medicamento. Medida de enorme alcance para que o país não fique refém dos interesses da indústria farmacêutica.

Contratação de trabalhadores no SNS

O Governo ficou obrigado no prazo de 90 dias a identificar as necessidades de profissionais de saúde no SNS e definir as prioridades de contratação. É ainda permitida a atualização dos mapas de pessoal dos estabelecimentos de saúde, onde tal seja necessário, bem como a agilização do procedimento recorrendo a bolsa de ordenação de concursos já efetuados.

Reforço de trabalhadores nas unidades de intervenção local em comportamentos aditivos e dependências

O Governo ficou incumbido de, no prazo de 60 dias, identificar as necessidades de profissionais de saúde nos Centros de Respostas Integradas, nas Unidades de Desabilitação, nas Comunidades Terapêuticas e nas Unidades de Alcoologia, procedendo de seguida à abertura de procedimentos concursais para a respetiva contratação e integração nas referidas unidades de intervenção local.

Reforço da resposta ao nível dos Cuidados Paliativos

A aprovação desta proposta permite alargar a capacidade de resposta ao nível dos cuidados paliativos, através da criação de um plano para dotar os hospitais de Equipas Intra-Hospitalares de Suporte em Cuidados Paliativos, da criação anual de pelo menos 20 Equipas Comunitárias de Suporte em Cuidados Paliativos nos anos de 2020 e 2021, abrangendo o território nacional e assegurando pelo menos uma equipa por Agrupamento de Centros de Saúde. É ainda aprovada a criação de um plano de resposta de cuidados paliativos pediátricos em todos os serviços e departamentos de Pediatria do Serviço Nacional de Saúde.

Reconhecimento do Cuidador Informal

O Governo ficou obrigado até 30 de Junho de 2020 a criar, em cada Centro Distrital da Segurança Social, Gabinetes de Acolhimento ao Cuidador Informal com vista à concretização do processo de reconhecimento do Estatuto do Cuidador Informal.

Reforço dos meios alocados à saúde pública

O Governo ficou incumbido de proceder à identificação das necessidades de meios humanos, materiais e equipamentos em todas as unidades e programas de saúde pública e conseqüentemente define um plano que vise satisfazer essas necessidades até 2021.

Alargamento da comparticipação ao sistema de perfusão contínua de insulina

A comparticipação a 100% ao sistema de perfusão contínua de insulina é alargada a partir de 2020 aos utentes com idade igual ou inferior a 18 anos, bem como a todas as mulheres com diabetes Tipo 1, grávidas ou em preconceção, quando elegíveis e a partir de 2021 a todos os adultos com diabetes tipo 1, independentemente da idade.

Educação

Distribuição gratuita de manuais escolares novos no 1.º Ciclo do Ensino Básico da rede pública do Ministério da Educação

Ficou aprovado que no ano letivo de 2020/2021 serão distribuídos gratuitamente manuais escolares novos a todos os alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico da rede pública de estabelecimentos de ensino.

Reforço da verba da Editorial do Ministério da Educação

Foi aprovado o reforço de 292.603 euros para a Editorial do Ministério da Educação, repondo o montante do orçamento de 2010.

Ensino Superior

Manutenção do referente do valor da propina cobrada no ano letivo 2018/2019 para efeito de cálculo de atribuição e definição do montante das bolsas de estudo atribuídas a estudantes do Ensino Superior

No ano letivo 2020/2021, para efeitos de elegibilidade para a atribuição de bolsas de estudo aos estudantes do ensino superior, será considerado o valor da propina máxima fixada para o ano letivo 2018/2019.

Reposicionamento remuneratório dos trabalhadores do ensino superior

Foi aprovada a reposição do vencimento correspondente à posição remuneratória dos trabalhadores do ensino superior, na sequência de provimento por concurso para acesso a categorias superiores, que ainda se mantinha congelado. É assim retomando o normal desenvolvimento da sua carreira.

Construção da residência para estudantes da Escola Superior de Desporto de Rio Maior

Para dar concretização ao compromisso já assumido em 2019, na sequência da aprovação da proposta do PCP, o Governo fica autorizado a transferir para o Instituto Politécnico de Santarém a dotação necessária para o lançamento em 2020 da obra de construção da residência para estudantes da Escola Superior de Desporto de Rio Maior, com o objetivo da sua conclusão em 2021.

Isenção das custas de arquivamento às Instituições do Ensino Superior Público por aplicação do previsto na Lei n.º 75/2019, de 2 de Setembro

As instituições de ensino superior ficarão isentas do pagamento das custas de arquivamento dos processos de execução fiscal e cobrança coerciva decorrentes da aplicação da Lei n.º 75/2019, de 2 de Setembro.

Cultura

Carta de Risco e intervenções de salvaguarda e valorização do Património Cultural

A aprovação desta proposta permite dar sequência à elaboração da Carta de Risco e intervenções de salvaguarda e valorização do património cultural, incumbindo o Governo, de proceder em 2020 à calendarização da intervenção plurianual.

Reforço do Programa de Bolsas de Criação Literária

Foi aprovada a duplicação das bolsas de apoio à criação literária.

Requalificação das instalações do Teatro Camões e do Teatro Nacional São Carlos

O Governo terá 60 dias para aprovar o plano de intervenção urgente do Teatro Camões para concretizar em 2020, alocando os meios necessários para garantir condições de segurança, conforto e trabalho e tomar as medidas de requalificação do Teatro Nacional São Carlos.

Fortaleza de Peniche – Museu Nacional da Resistência e Liberdade

O Governo ficou incumbido de assegurar as medidas de investimento necessárias à concretização da última fase da criação e instalação do Museu Nacional da Resistência e Liberdade na Fortaleza de Peniche.

Justiça

Manutenção do Valor das Custas Processuais

Pelo terceiro ano consecutivo não haverá lugar à atualização automática da unidade de conta (UC) para efeitos do valor das custas processuais, mantendo-se em vigor o montante vigente em 2018.

Isenção de custas nos processos de acompanhamento de maiores

Foi assegurada a isenção de custas processuais para os maiores acompanhados e respetivos acompanhantes nos processos de instauração, revisão e levantamento do acompanhamento.

Forças e Serviços de Segurança

Admissão de profissionais para as forças e serviços de segurança

É aprovada a admissão de 2500 profissionais para as forças e serviços de segurança no ano de 2020, com o objetivo de avançar no sentido de repor o número de efetivos existentes há uma década.

Suspensão da passagem às situações de reserva, pré-aposentação ou disponibilidade dos profissionais da PSP, GNR, SEF, PJ, PM e Corpo da Guarda Prisional

A aprovação desta proposta garante a aplicação dos estatutos profissionais da PSP, GNR, SEF, PJ, PM e Corpo da Guarda Prisional no que diz respeito ao acesso à pré-reforma ou aposentação.

Relatório de execução da Lei de programação de infraestruturas e equipamentos das forças e serviços de segurança do Ministério da Administração Interna

Com o objetivo de permitir um melhor acompanhamento da execução da Lei de programação de infraestruturas e equipamentos das forças e serviços de segurança, o Governo tem de enviar à Assembleia da República até ao final de Junho um relatório com a especificação dos investimentos realizados, em curso, e a realizar até ao final do ano, em infraestruturas das forças e serviços de segurança.

Economia

Apoio ao setor do táxi – dedução do IVA da gasolina para veículos híbridos

Foi aprovada a inclusão da gasolina no regime de dedução de IVA. Esta medida é particularmente relevante para os automóveis híbridos afetos ao sector do táxi, pondo fim à atual discriminação existente em relação ao gasóleo, ao mesmo tempo que estimula a renovação da frota.

Acerto de Contas nas Micro, Pequenas e Médias Empresas

Fica possibilitado que quando uma micro empresa ou pequena empresa, tenha de proceder a um pagamento de imposto ou a um pagamento por conta, e, em simultâneo, se verifique que detém direitos de devolução de impostos, ainda não executados, poderá beneficiar de um acerto de contas com o Estado, apenas ficando obrigado a pagar a diferença verificada.

Período de suspensão dos prazos de notificações e das obrigações declarativas para os contabilistas certificados (férias fiscais)

Ficou aprovada a proposta que determina que o Governo elabore um estudo, em articulação com a Ordem dos Contabilistas Certificados e com associações representativas do sector, para a criação, no âmbito da organização do calendário fiscal, de um período de suspensão dos prazos de notificações e das obrigações declarativas, com vista à sua consagração a partir de 2021.

Transportes

Reforço do financiamento do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART)

Foi reforçado o financiamento do Programa de Apoio à Redução Tarifária para 138,6 milhões de euros, com o objetivo de assegurar para todo o ano de 2020 um montante equivalente ao previsto no OE2019 para nove meses (a partir de 01-04-2019).

Expansão da rede do Metropolitano de Lisboa

O Governo ficou incumbido de promover as medidas necessárias junto da empresa Metropolitano de Lisboa, E.P.E. no sentido de suspender o processo de construção da Linha Circular entre o Cais Sodré e o Campo Grande, dando prioridade à Expansão da rede de Metropolitano até Loures, bem como para Alcântara e zona ocidental de Lisboa.

Energia

Prolongamento da Tarifa Regulada da Eletricidade

Foi prolongado o prazo para a extinção das tarifas transitórias para fornecimento de eletricidade aos clientes finais de baixa tensão normal até 31 de Dezembro de 2025, assegurando-se desta forma preços mais acessíveis para a generalidade dos consumidores.

Comunicação Social

Aumento de Verba para a Lusa

Foi aprovada a transferência de 1,5 milhões de euros para a Lusa com o objetivo de satisfazer necessidades urgentes relacionadas com a prestação de serviço noticioso e informativo.

Igualdade

Combate à Violência Doméstica

Foi aprovada uma que incumbe o Governo a efetuar um levantamento de necessidades na esfera pública, a nível de meios humanos em cada um dos diversos serviços públicos, assim como garantir formação adequado de todos estes profissionais na intervenção nestas áreas.

Regiões Autónomas

Apoio Social aos Trabalhadores da COFACO

Foi fixado um regime especial e transitório de facilitação do acesso, majoração de valor e prolongamento da duração dos apoios sociais aos trabalhadores da fábrica COFACO (empresa da indústria conserveira), nos Açores, que se encontram em situação de desemprego.

Meios Financeiros para o Subsídio Social de Mobilidade

O Governo ficou incumbido de regulamentar a atribuição de um subsídio social de mobilidade no âmbito dos serviços aéreos e marítimos, designadamente: entre o continente e a Região Autónoma da Madeira e entre esta e a Região Autónoma dos Açores.

Regulação de Vínculos dos Trabalhadores do Centro de Produção da RTP-Madeira

Foi fixada a obrigatoriedade de o Governo proceder à regularização extraordinária de vínculos dos trabalhadores que prestam funções em exclusividade no Centro de Produção da RTP-Madeira e que desempenham funções essenciais ao seu normal funcionamento.

Reforço das tripulações de busca e salvamento na Região Autónoma dos Açores

O Governo foi incumbido de garantir os recursos humanos adequados e necessários, para que existam sempre duas tripulações de helicóptero disponíveis na Região Autónoma dos Açores, como forma de garantir a segurança e o auxílio das populações perante situações urgentes.

Requalificação das instalações da Cadeia de Apoio da Horta

O Governo ficou com a obrigação de proceder a obras de manutenção, conservação e requalificação das instalações da Cadeia de Apoio da Horta, em 2020.

Plano de Remodelação dos Tribunais na Região Autónoma dos Açores

Foi fixada a obrigatoriedade de o Governo elaborar, ainda em 2020, um Plano de Remodelação dos Tribunais na Região Autónoma dos Açores, acompanhado do correspondente cronograma operativo.

Transporte marítimo regular de passageiros entre a Ilha da Madeira e o Continente português

Foi fixada a obrigatoriedade de o Governo garantir o serviço regular de transporte marítimo de passageiros entre a Ilha da Madeira e o Continente.

Plano de remodelação e construção de novas esquadras da PSP na Região Autónoma da Madeira

O Governo implementa, em 2020, o desenvolvimento do Plano de Remodelação e Construção de Novas Esquadras da PSP na Região Autónoma da Madeira, acompanhado do correspondente cronograma operativo.

Poder Local

Alteração à Lei de Finanças Locais

São aprovadas duas alterações à Lei de Finanças Locais, uma clarificando que os municípios são auscultados antes da concessão ou da consagração legal de isenções fiscais, de impostos municipais; e a segunda visa resolver a impossibilidade de aceder aos fluxos financeiros pagos antes do encerramento do processo dos empréstimos devido à morosidade da sua tramitação e à necessidade de os projetos serem concretizados mais rapidamente.

Aquisição de bens objeto de contrato de locação

Ficou assegurado que, em 2020, os municípios poderão utilizar até 60% da margem de endividamento disponível, para utilização exclusiva na aquisição de bens objeto de contrato de locação com opção de compra, permitindo desta forma a poupança de recursos por parte das autarquias e a melhoria dos serviços prestados por estas.

Respeito pela Autonomia do Poder Local

Ficou clarificado que, na administração local, a responsabilidade do parecer prévio vinculativo, em matéria de contratos de prestação de serviços na modalidade de tarefa e avença, é dos respetivos órgãos e não do Governo.

Debate do Orçamento do Estado Suplementar para 2020

<http://www.pcp.pt/orcamento-suplementar-para-2020>

Debate na Generalidade do Orçamento Suplementar

Intervenção de Paula Santos [É preciso responder aos impactos do surto: proteger salários e emprego, apoiar e defender as MPME, relançar a economia, reforçar o SNS](#)

Intervenção de Duarte Alves [PCP confronta Governo com benefícios para a Banca e grandes grupos económicos](#)

Intervenção de Diana Ferreira [PCP confronta Governo com a necessidade de se proibirem os despedimentos e se garantirem de forma integral os salários a todos os trabalhadores](#)

Intervenção de João Dias [PCP confronta Governo com a necessidade de se reforçar o Serviço Nacional de Saúde](#)

Intervenção de Bruno Dias [Perante o surto epidémico a UE deixou cair a máscara da solidariedade e da cooperação](#)

Debate na Especialidade do Orçamento Suplementar

Audição ao Ministro das Finanças – [Ligação](#)

Audição à Ministra do Trabalho e da Segurança Social – [Ligação](#)

Audição ao Secretário de Estado das Finanças – [Ligação](#)

Audição ao Secretário de Estado da Economia – [Ligação](#)

As propostas do PCP

Declaração de Paula Santos – [Apresentação do primeiro conjunto de propostas](#)

Declaração de Paula Santos – [Apresentação do segundo conjunto de propostas](#)

Declaração de Paula Santos – [Apresentação do terceiro conjunto de propostas](#)

Votação do Orçamento Suplementar

Declaração de João Oliveira – [Sobre a votação final global do Orçamento Suplementar](#)

Declaração de Voto - [O Orçamento suplementar nega aos trabalhadores o que dá aos grupos económicos](#)

Propostas do PCP aprovadas

Revisão das mensalidades das creches para atender às alterações de rendimentos das famílias, repercutindo-as, no imediato, nos montantes das mensalidades a pagar;

Proibição da anulação da matrícula e a não cobrança de juros ou outras penalidades em caso de falta ou atraso no pagamento das mensalidades e o estabelecimento de um plano de pagamentos para as famílias com mensalidades em atraso;

Dispensa de prova para comprovação de doença profissional aos trabalhadores dos serviços essenciais, assumindo que a infeção por covid 19 foi em contexto laboral;

Equiparação dos trabalhadores com contratos individuais de trabalho aos trabalhadores com contratos de trabalho em funções pública, para efeitos de dispensa de prova e de indemnização por doença profissional, sendo assegurado o pagamento de 100% do salário por motivo de doença profissional;

Aprovação da eletricidade verde a agricultores, produtores pecuários, cooperativas agrícolas e organizações de produtores, através do apoio nos custos de eletricidade nas atividades de produção, armazenagem, conservação e comercialização de produtos agrícolas e pecuários;

Antecipação de apoios no âmbito da PAC, através da utilização da verba do Orçamento do Estado para proceder ao adiantamento das ajudas/apoios incluídos no Pedido Único de Ajudas 2020;

Abertura de concursos em 30 dias para a **contratação de profissionais de saúde para o Serviço Nacional de Saúde**;

Alargamento do número de camas de cuidados intensivos com o objetivo de alcançar cerca de 950 camas até setembro de 2020 e reforçar em mais 800 camas de agudos até ao final do ano;

Criação da reserva estratégica de medicamentos e dispositivos, revista periodicamente, atendendo à evolução tecnológica e epidemiológica, com armazenamento descentralizado nos estabelecimentos hospitalares do Serviço Nacional de Saúde, o qual é renovado à medida que são identificadas as necessidades, estando a reserva central preservada no atual Laboratório Militar.

Suspensão do pagamento por conta das micro, pequenas e médias empresas, de forma automática, deixando de estar limitada à quebra de faturação;

A devolução antecipada dos PEC não utilizados entre 2014 e 2019 para as micro, pequenas e médias empresas;

A criação de um **regime excecional para os lojistas em centros comerciais**, que contempla o pagamento apenas da componente variável da renda, em função das vendas realizadas, salvaguardando-se, no entanto, a responsabilidade pelos lojistas pelo pagamento de todas as despesas contratualmente acordadas;

O estabelecimento de **moratória no pagamento da renda ao IHRU** para os agregados familiares com quebra de rendimento e a possibilidade de o senhorio de arrendamento habitacional recorrer a empréstimo do IHRU em caso de falta de pagamento de rendas;

Aumento dos valores das bolsas de estudo dos estudantes do ensino superior e possibilidade de revisão dos montantes em função da perda de rendimentos das famílias em 2020;

Extensão das moratórias para pessoas e empresas até março de 2021; Aplicação das moratórias a empresas que tenham dívidas fiscais ou contributivas desde que iniciado o processo da sua regularização;

Apoio extraordinário de emergência para as Associações Humanitárias de Bombeiros, a partir de julho, no valor mínimo de três prestações mensais do financiamento permanente orçamentado para 2020, nos termos da Lei n.º 94/2015 de 13 de agosto

6. Debate do Estado da Nação

[Debate sobre o Estado da Nação – 24 de julho de 2020](#)

Intervenção de Jerónimo de Sousa - [«As palavras sobre a importância dos trabalhadores soçobram aos critérios do Ministério das Finanças»](#)

Intervenção de António Filipe - [O povo português precisa de respostas à situação extremamente difícil que enfrenta](#)

Intervenção de Paula Santos - [«Muito mal estavam os utentes se não houvesse SNS e se estivéssemos reféns dos interesses privados»](#)

Intervenção de Jerónimo de Sousa - [«As soluções não podem ser as de ontem, o País precisa de novas soluções, uma política alternativa, patriótica e de esquerda»](#)

7. Debates Quinzenais com o Primeiro-Ministro

Data	Tema
13/11/19	<u>«A proposta do governo é manifestamente insuficiente para erradicar a pobreza de quem trabalha. O aumento do SMN para 850 euros é uma emergência»</u>
27/11/19	<u>«Há problemas que não podem ser adiados por mais tempo»</u>
10/12/19	<u>«Os CTT nunca deveriam ter saído da esfera pública e há muito se impunha ter sido revertida a sua privatização»</u>
18/02/20	<u>«É uma injustiça e os problemas vão aumentar inevitavelmente se não houver aumentos salariais para todos!»</u>
04/03/20	<u>«O desenvolvimento do País é tudo aquilo que o apeadeiro do Montijo não permite fazer»</u>
24/03/20	<u>Alargar a capacidade de resposta do SNS. Proteger salários e rendimentos</u>
22/04/20	<u>É preciso que os direitos que conquistámos com a Revolução de Abril se concretizem na vida de quem trabalha para que Abril se cumpra</u>
07/05/20	<u>O Governo vai ou não proibir os despedimentos e reverter aqueles que ocorreram nos últimos meses?</u>
20/05/20	<u>Valorizar o trabalho e os trabalhadores. Apoiar as PME. Reforçar o SNS</u>
03/06/20	<u>«Compromete-se com a palavra dada de não regressar ao passado dos cortes e da desvalorização dos rendimentos do trabalho?»</u>

8. Declarações Políticas

Data	Deputado	Tema
06/11/19	Bruno Dias	«Por mais que queiram impingir um apeadeiro, o que Portugal precisa é de um novo aeroporto!»
20/11/19	António Filipe	«As forças e serviços de segurança não podem ser corpos estranhos à ordem democrática e isso implica que os seus profissionais sejam respeitados»
04/12/19	Diana Ferreira	«A realidade da esmagadora maioria das pessoas com deficiência continua a ser marcada pela limitação e pela negação de direitos»
18/12/19	Diana Ferreira	«Cá estaremos para dar voz às reivindicações dos trabalhadores, defender os seus direitos e construir uma sociedade de justiça e progresso social»
12/02/20	Paula Santos	Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso é um obstáculo na garantia do direito à saúde
25/04/20	Jerónimo de Sousa	«A Revolução de Abril é património do povo e é património do futuro!»
27/05/20	João Dias	As ajudas que o Governo apresenta são para o grande agronegócio, quando deveriam ser para os pequenos e médios agricultores
08/06/20	Paula Santos	A resposta da União Europeia ao surto epidémico da covid 19

9. Jornadas Parlamentares

IV Sessão Legislativa

- **Jornadas Parlamentares no Distrito de Évora, 5 e 6 de dezembro de 2019**

“Avançar na Luta pela Política Alternativa”

Intervenção de Jerónimo de Sousa na abertura das Jornadas Parlamentares - [O Orçamento do Estado que o País precisa, e pelo qual o PCP se baterá, tem de dar prioridade à solução dos problemas nacionais](#)

Intervenção de João Oliveira na abertura das Jornadas Parlamentares - [A realidade que vivem as populações do distrito de Évora dá bom testemunho da necessidade e da importância do investimento nos serviços públicos](#)

Conferência de Imprensa de [apresentação das conclusões das Jornadas Parlamentares](#)

10. Comissões Eventuais

Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à atuação do Estado na atribuição de apoios na sequência dos incêndios de 2017 na zona do Pinhal Interior

[Consultar trabalhos aqui](#)

11. Projetos de Lei

<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/IniciativasLegislativas.aspx>

Pjl	PCP	PS	PSD	BE	CDS	PAN	PEV	L/JKM	IL	Ch
Apresentados	141	21	29	93	29	78	65	3	10	11
Aprovados VFG	12	11	13	12	3	10	5	0	0	0

Tipo	Nº	Título	Área
Pjl	45	Altera o Estatuto da GNR relativamente ao horário de referência semanal (1.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 30/2017, de 22 de março)	Administração Interna
Pjl	238	Suplemento remuneratório dos elementos femininos das forças e serviços de segurança por motivo de gravidez	Administração Interna
Pjl	475	Estatuto do Formador da Polícia de Segurança Pública	Administração Interna
Pjl	98	Contabilização integral de todo o tempo de serviço das carreiras e corpos especiais	Administração Pública
Pjl	228	Fixa os critérios de atribuição das compensações em acréscimo aos suplementos remuneratórios que se fundamentem na prestação de trabalho em condições de risco, penosidade e insalubridade (12ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho - Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas)	Administração Pública
Pjl	229	Fixa o regime de atribuição e os montantes dos acréscimos em suplementos e outras compensações que se fundamentem na prestação de trabalho em condições de risco, penosidade e insalubridade (12ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas)	Administração Pública
Pjl	406	Consideração de todos os pontos para efeitos de descongelamento das carreiras	Administração Pública
Pjl	8	Aprova o estatuto da condição policial	Administração Interna
Pjl	15	Condições de Saúde e Segurança no Trabalho nas Forças e Serviços de Segurança	Administração Interna
Pjl	174	Prorrogação da vigência do observatório técnico independente para análise, acompanhamento e avaliação dos incêndios florestais e rurais que ocorram no território nacional, criado pela Lei n.º 56/2018, de 20 de agosto	Agricultura e Pescas
Pjl	204	Cria a Comissão de Desenvolvimento do Interior e do Mundo Rural	Agricultura e Pescas
Pjl	295	Define medidas de contingência para o abastecimento alimentar	Agricultura e Pescas
Pjl	299	Medidas de resposta à situação provocada pelo Surto COVID-19 no setor das pescas	Agricultura e Pescas
Pjl	344	Medidas integradas para responder aos efeitos do surto COVID-19 sobre o sector do vinho	Agricultura e Pescas
Pjl	374	Medidas de apoio imediato às pequenas e médias explorações agrícolas que compensem os agricultores pelos graves prejuízos resultantes do surto epidémico da COVID-19	Agricultura e Pescas
Pjl	380	Define um regime temporário de contingência para as redes de faixas secundárias de gestão de combustível	Agricultura e Pescas
Pjl	381	Cria uma medida de apoio aos custos com a eletricidade no setor agrícola e agropecuário (eletricidade verde)	Agricultura e Pescas
Pjl	382	Consagra medidas de promoção do escoamento de bens alimentares da pequena agricultura e agricultura familiar e cria um regime público simplificado para aquisição e distribuição de bens alimentares provenientes da pequena e média agricultura e pecuária nacional e da agricultura familiar	Agricultura e Pescas
Pjl	412	Medidas de promoção do escoamento de pescado proveniente da pesca artesanal – local e costeira - e criação de um regime público simplificado para aquisição, distribuição e valorização de pescado de baixo valor em lota	Agricultura e Pescas
Pjl	12	Redução de embalagens supérfluas em superfícies comerciais	ambiente
Pjl	13	Estrutura a orgânica e a forma de gestão das Áreas Protegidas	Ambiente
Pjl	96	Cria a Rede de Centros de Acolhimento e Reabilitação de Animais Selvagens e Exóticos	Ambiente
Pjl	155	Cria o Plano Nacional para a Prevenção Estrutural dos Efeitos da Seca e seu acompanhamento	Ambiente
Pjl	156	Faixas de salvaguarda e regime de Avaliação de Incidências Ambientais (AIInCA) de explorações agrícolas em regime intensivo e superintensivo	Ambiente

Pjl	191	Plano de emergência para a criação e modernização da rede de centros de recolha oficial de animais	Ambiente
Pjl	353	Definição de normas e regulamentos para operações de gestão de resíduos	Ambiente
Pjl	445	Programa de Identificação, Controlo e Erradicação de Espécies Exóticas Invasoras, de Espécies Oportunistas e outras pragas nas áreas da Rede Nacional de Áreas Protegidas	Ambiente
Pjl	446	Estabelece as Bases da Política de Ambiente e Ação Climática	Ambiente
Pjl	259	Reduz o financiamento público aos partidos políticos e às campanhas eleitorais	Assuntos Constitucionais
Pjl	135	Aprova o Estatuto da Rádio e Televisão de Portugal (3.ª alteração à Lei n.º 8/2007, de 14 de fevereiro, que procede à reestruturação da concessionária do serviço público de rádio e televisão, bem como os novos estatutos da Rádio e Televisão de Portugal)	Comunicação Social
Pjl	342	Medidas excecionais e temporárias de apoio ao sector da comunicação social, nomeadamente para as rádios locais, imprensa local e regional, LUSA - Agência de Notícias de Portugal e RTP - Rádio e Televisão de Portugal, SA, e de salvaguarda dos direitos dos trabalhadores do sector	Comunicação Social
Pjl	293	Cria o Fundo de Apoio Social de Emergência ao tecido cultural e artístico	Cultura
Pjl	121	Aprova o Estatuto do Antigo Combatente	Defesa
Pjl	436	Aprova a orgânica da Polícia Marítima	Defesa
Pjl	437	Autoridade Marítima Nacional	Defesa
Pjl	118	Alarga a aplicação do princípio do ius soli na Lei da Nacionalidade Portuguesa (Nona alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade)	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	352	Reforça as medidas de proteção das vítimas de violência doméstica (6.ª alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro)	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	37	Estabelece medidas de promoção da durabilidade e garantia dos equipamentos para o combate à obsolescência programada	Economia
Pjl	171	Cria um regime autónomo de arrendamento para as atividades económicas, associativas e culturais	Economia
Pjl	294	Estabelece cláusulas e mecanismos extraordinários nas Parcerias Público-Privadas rodoviárias	Economia
Pjl	315	Estabelece a criação de um fundo especial de apoio aos feirantes	Economia
Pjl	335	Alarga o acesso das micro, pequenas e médias empresas aos apoios à economia, no quadro do surto epidémico da COVID-19	Economia
Pjl	347	Cria o apoio ao rendimento de microempresários e empresários em nome individual no contexto da resposta à epidemia de COVID 19	Economia
Pjl	348	Estabelece a medida excecional e temporária da admissibilidade da suspensão de contratos de fornecimento de serviços essenciais no contexto das respostas à crise epidémica de COVID-19	Economia
Pjl	349	Estabelece a rede de contacto e apoio a microempresários e a empresários em nome individual para acesso às medidas de resposta à epidemia por COVID 19	Economia
Pjl	350	Estabelece medidas fiscais de apoio às micro, pequenas e médias empresas	Economia
Pjl	351	Garante o acesso das micro, pequenas e médias empresas e empresários em nome individual aos apoios públicos criados no âmbito da resposta ao surto epidémico de COVID 19	Economia
Pjl	366	Cria o regime de apoio à retoma e dinamização da atividade dos feirantes e empresas de diversões itinerantes, no contexto da resposta à epidemia de COVID-19	Economia
Pjl	385	Exclui entidades sediadas em paraísos fiscais de quaisquer apoios públicos à economia	Economia
Pjl	453	Elimina restrições no acesso de microempresas aos apoios públicos criados em consequência da epidemia SARS-CoV-2	Economia
Pjl	452	Estabelece um regime excecional aplicável a formas específicas de contratos de exploração de imóveis para comércio e serviços em centros comerciais	Economia

Pjl	61	Efetiva o direito à progressão remuneratória dos professores do Ensino Superior Público garantindo a contabilização de todos os pontos obtidos	Educação e Ciência
Pjl	97	Regime especial de contabilização do tempo de trabalho dos docentes em horário incompleto	Educação e Ciência
Pjl	122	Remoção e erradicação de amianto em edifícios, instalações e equipamentos	Educação e Ciência
Pjl	149	Plano de intervenção para a construção, requalificação e modernização do edificado escolar	Educação e Ciência
Pjl	152	Revoga o regime fundacional e estabelece um modelo de gestão democrática das instituições públicas de ensino superior (1.ª alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o regime jurídico das instituições do ensino superior)	Educação e Ciência
Pjl	153	Financiamento do Ensino Superior Público	Educação e Ciência
Pjl	154	Aprova a Lei-Quadro da Ação Social Escolar no Ensino Superior e define apoios específicos aos estudantes	Educação e Ciência
Pjl	192	Gestão democrática dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário	Educação e Ciência
Pjl	287	Medidas excecionais de apoio aos estudantes do Ensino Superior	Educação e Ciência
Pjl	288	Aprova um conjunto de medidas excecionais e temporárias para salvaguarda dos direitos dos trabalhadores do Sistema Científico e Tecnológico Nacional e do trabalho científico, técnico e de gestão	Educação e Ciência
Pjl	360	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 14-G/2020, de 13 de abril, que estabelece as medidas excecionais e temporárias na área da educação, no âmbito da pandemia da doença COVID-19	Educação e Ciência
Pjl	439	Aprova um conjunto de medidas no sentido do reforço dos apoios no âmbito da Ação Social Escolar no Ensino Superior	Educação e Ciência
Pjl	440	Aprova um conjunto de medidas excecionais e temporárias para salvaguarda dos direitos dos trabalhadores e estudantes do Ensino Superior Público	Educação e Ciência
Pjl	442	Plano de investimento excecional e temporário na área do Ensino Superior e Ciência na sequência do desconfinamento decorrente do surto epidémico COVID-19	Educação e Ciência
Pjl	36	Redução do IVA da eletricidade e gás para a taxa reduzida de 6% (Alteração ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro)	Energia
Pjl	297	Estabelece a proibição da interrupção do fornecimento de determinados serviços essenciais	Energia
Pjl	298	Estabelece um regime excecional e temporário de preços máximos dos combustíveis líquidos	Energia
Pjl	317	Procede à revisão extraordinária das tarifas de energia elétrica e gás natural e à definição de um regime excecional quanto aos procedimentos regulatórios nos setores da eletricidade e do gás natural	Energia
Pjl	6	Altera o Código do Processo Civil estabelecendo um regime de impenhorabilidade da habitação própria e permanente e fixando restrições à penhora e à execução de hipoteca	Habitação
Pjl	14	Extingue o Balcão Nacional do Arrendamento e repõe o procedimento especial de despejo por via judicial (Sétima alteração à Lei n.º 6/2006, de 27 fevereiro, alterada pela Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto, pela Lei n.º 79/2014, de 19 de dezembro, pela Lei n.º 42/2017, de 14 de junho, Lei n.º 43/2017, de 14 de junho, Lei n.º 12/2019, de 12 de fevereiro e pela Lei n.º 13/2019, de 12 de fevereiro - Novo Regime de Arrendamento Urbano)	Habitação
Pjl	69	Prolonga os contratos de arrendamento para 10 anos, garantindo maior estabilidade aos arrendatários	Habitação
Pjl	157	Alteração ao Regime do Arrendamento Apoiado para Habitação	Habitação
Pjl	286	Estabelece um regime de carência de capital a aplicar aos créditos à habitação	Habitação
Pjl	387	Estabelece um regime excecional no arrendamento habitacional e não habitacional no caso de comprovada diminuição de rendimento	Habitação
Pjl	464	Estabelece um regime excecional no arrendamento não habitacional em caso de diminuição de rendimento	Habitação

Pjl	132	Elimina as desigualdades na atribuição do suplemento de fixação ao pessoal do Corpo da Guarda Prisional em funções nas regiões autónomas (3.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2014, de 9 de janeiro)	Justiça
Pjl	170	Determina o alargamento da rede nacional e altera o regime de competência, organização e funcionamento dos julgados de paz (2.ª alteração à Lei n.º 78/2001, de 13 de julho na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 54/2013, de 31 de julho)	Justiça
Pjl	285	Suspende os prazos judiciais e a prática de atos processuais e procedimentais até à cessação da situação excecional de prevenção, contenção, mitigação e tratamento da infeção epidemiológica por SARS-CoV-2 e da doença COVID-19	Justiça
Pjl	9	Estabelece o regime de financiamento permanente do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos transportes públicos	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	70	Estabelece o regime de recuperação do controlo público dos CTT	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	172	Modernização do regime de atividade do sector do Táxi (9.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de agosto)	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	207	Determina o cancelamento e a reversão do processo de fusão da Rede Ferroviária Nacional – REFER, E. P. E., com a EP – Estradas de Portugal, S. A., e da sua transformação na sociedade anónima com a denominação Infraestruturas de Portugal, S. A	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	268	Novo Regime Jurídico do Trabalho Portuário	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	369	Controlo público da TAP e da SPdH	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	205	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei nº 3/2010, de 5 de janeiro, alargando a proibição de cobrança de encargos pela prestação de serviços de pagamento e pela realização de operações às operações realizadas através de aplicações digitais	Orçamento e Finanças
Pjl	206	Procede à sexta alteração ao regime de serviços mínimos bancários, tornando-o mais adequado às necessidades dos clientes bancários	Orçamento e Finanças
Pjl	341	Proíbe a distribuição de dividendos na banca, nas grandes empresas e grupos económicos	Orçamento e Finanças
Pjl	384	Estabelece medidas de reforço ao combate à criminalidade económica e financeira, proibindo ou limitando relações comerciais ou profissionais ou transações ocasionais com entidades sedeadas em centros off-shore ou centros off-shore não cooperantes	Orçamento e Finanças
Pjl	151	Estabelece o Regime para a Reposição de Freguesias Extintas	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	292	Adota disposições para assegurar o equilíbrio financeiro das autarquias locais (Primeira alteração à Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março – Medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19)	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	7	Alargamento da isenção das taxas moderadoras até à sua revogação (2.ª alteração ao Decreto Lei nº 113/2011, de 29 de novembro)	Saúde
Pjl	35	Garante o acesso gratuito ao medicamento a utentes com mais de 65 anos, doentes crónicos e famílias com carência económica	Saúde
Pjl	46	Estabelece os critérios de atribuição de transporte não urgente de doentes	Saúde
Pjl	66	Gratuidade do Atestado Médico de Incapacidade Multiuso	Saúde
Pjl	147	Institui o Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos como Laboratório Nacional do Medicamento	Saúde
Pjl	150	Lei de programação plurianual de investimento para os estabelecimentos do SNS	Saúde
Pjl	198	Cria um regime excecional para o Serviço Nacional de Saúde no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atrasos (Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro)	Saúde
Pjl	289	Estabelece medidas excecionais para reforçar a resposta do Serviço Nacional de Saúde no tratamento de doentes com COVID-19	Saúde
Pjl	343	Estabelece restrições à publicidade nos jogos e apostas (15.ª alteração ao Código da Publicidade, aprovado pelo Decreto-Lei nº 330/90, de 23 de outubro).	Saúde
Pjl	407	Dignificação da carreira de enfermagem (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 71/2019, de 27 de maio, terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 247/2009, de 22 de setembro e terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro)	Saúde
Pjl	438	Plano de Emergência para o Serviço Nacional de Saúde	Saúde
Pjl	462	Valorização da Carreira de Técnico Superior de Diagnóstico e Terapêutica	Saúde
Pjl	16	Revoga o fator de sustentabilidade e repõe a idade legal de reforma aos 65 anos	Segurança Social
Pjl	18	Melhora as regras de atribuição e altera a duração e montantes do subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego	Segurança Social
Pjl	19	Valoriza as longas carreiras contributivas, garantindo o acesso à pensão sem penalizações e independentemente da idade, aos trabalhadores que completem 40 anos de descontos	Segurança Social

Pjl	20	Eliminação de penalizações a trabalhadores que já tenham acedido à pensão antecipada	Segurança Social
Pjl	34	Elimina o fator de sustentabilidade nas pensões atribuídas ao abrigo do regime especial de acesso à pensão de invalidez e de velhice dos trabalhadores da indústria das pedreiras e dos trabalhadores do interior ou da lavra subterrânea das minas e das lavarias de minério	Segurança Social
Pjl	40	Eliminação da aplicação do fator de sustentabilidade às pensões por desemprego involuntário de longa duração e revisão dos regimes e medidas especiais de antecipação da idade de acesso à pensão de velhice	Segurança Social
Pjl	41	Reposição dos escalões do abono de família para crianças e jovens, com vista à sua universalidade	Segurança Social
Pjl	62	Garante o direito das crianças até 3 anos a serem acompanhadas pelos progenitores	Segurança Social
Pjl	63	Reforça o subsídio de doença para a tuberculose, doença oncológica e doença crónica (6.ª alteração do Decreto-Lei n.º 28/2004, de 4 de fevereiro)	Segurança Social
Pjl	68	Repõe montantes e regras de cálculo nas compensações por cessação do contrato de trabalho e despedimento	Segurança Social
Pjl	95	Reforço de direitos e condições de acompanhamento a filho com doença crónica, oncológica ou resultante de acidente	Segurança Social
Pjl	200	Repõe a possibilidade de acumulação das prestações por incapacidade permanente com a parcela da remuneração correspondente à percentagem de redução permanente da capacidade geral de ganho do trabalhador	Segurança Social
Pjl	255	Reforça o subsídio de doença em caso de surto epidémico e assegura que não há perda de remuneração em situação de isolamento profilático por doença infectocontagiosa (6.ª alteração do Decreto-Lei n.º 28/2004, de 4 de fevereiro)	Segurança Social
Pjl	296	Consagra a dispensa de prova de que a doença COVID-19 contraída por trabalhadores dos serviços essenciais e atividades conexas, é consequência necessária e direta da atividade exercida, para efeitos de aplicação do regime das doenças profissionais	Segurança Social
Pjl	300	Suspensão das contribuições para a caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores	Segurança Social
Pjl	316	Garante a proteção social dos estagiários e dos formandos do IEFP enquanto vigorarem medidas de exceção por força da COVID-19	Segurança Social
Pjl	318	Estabelece medidas excecionais e temporárias de proteção social dos sócios-gerentes de micro e pequenas empresas em situação de crise empresarial e altera o regime de apoio social aos trabalhadores independentes previsto no Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março	Segurança Social
Pjl	319	Garante um apoio de proteção social a trabalhadores com vínculos laborais precários em situação de desemprego, designadamente trabalhadores do sector do táxi e trabalhadores domésticos	Segurança Social
Pjl	322	Garante proteção social aos trabalhadores de empresas de trabalho temporário que tenham sido alvo de despedimentos	Segurança Social
Pjl	355	Cria um regime de apoio às famílias na frequência de equipamentos de apoio à infância	Segurança Social
Pjl	371	Propõe medidas para o alargamento da gratuitidade das creches e soluções equiparadas	Segurança Social
Pjl	372	Cria um regime de reforço de trabalhadores em equipamentos sociais e revoga a Portaria n.º 82-C/2020, de 31 de março	Segurança Social
Pjl	393	Garante um apoio extraordinário de proteção social a trabalhadores sem acesso a outros instrumentos e mecanismos de proteção social	Segurança Social
Pjl	426	Reforço da capacidade de resposta da Segurança Social	Segurança Social
Pjl	427	Cria um regime excecional e temporário de suspensão do contrato de trabalho por não pagamento pontual da retribuição	Segurança Social
Pjl	428	Melhoria das condições de acesso ao subsídio social de desemprego	Segurança Social
Pjl	434	Cria um regime excecional e temporário de suspensão do contrato de trabalho por não pagamento pontual da retribuição	Segurança Social
Pjl	435	Melhoria das condições de acesso ao subsídio social de desemprego	Segurança Social
Pjl	5	Reduz para 35 horas o limite máximo do horário semanal de trabalho para todos os trabalhadores (16.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho)	Trabalho
Pjl	10	Repõe o princípio do tratamento mais favorável, elimina a caducidade da contratação coletiva e regula a sucessão de convenções coletivas de trabalho (16.ª alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro)	Trabalho
Pjl	11	Combate a precariedade laboral e reforça os direitos dos trabalhadores (16.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho)	Trabalho
Pjl	17	Reforça os direitos dos trabalhadores no regime de trabalho noturno e por turnos	Trabalho

Pjl	43	Consagra o direito a 25 dias de férias anuais (16.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho)	Trabalho
Pjl	44	Repõe os valores de pagamento do trabalho suplementar, para todos os trabalhadores (16.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho e da 11.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)	Trabalho
Pjl	64	Garante o cumprimento efetivo dos horários de trabalho e a conciliação do trabalho com a vida familiar e revoga os mecanismos de adaptabilidade e de banco de horas, nas modalidades grupal e por regulamentação coletiva (16.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho)	Trabalho
Pjl	65	Garante o cumprimento efetivo dos horários de trabalho e a conciliação do trabalho com a vida familiar e revoga os mecanismos de adaptabilidade individual (16.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho)	Trabalho
Pjl	263	Consagra a obrigatoriedade do subsídio de refeição, procedendo à 15ª alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro	Trabalho
Pjl	290	Determina a invalidade dos atos praticados em violação das normas do Código do Trabalho ou outra legislação especial de trabalho no período em que vigorarem as medidas excecionais e temporárias de resposta à epidemia por COVID 19	Trabalho

12. Projetos de Resolução

<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/IniciativasLegislativas.aspx>

Pjr	PCP	PS	PSD	BE	CDS	PAN	PEV	L/JKM	IL	Ch
Apresentados	73	26	53	125	59	104	53	10	29	49
Aprovados VFG	15	14	14	30	8	14	12	1	1	0

Tipo	Nº	Título	Área
Pjr	285	Recomenda ao Governo a contratação de Intérpretes de Língua Gestual para os serviços públicos	Administração Pública
Pjr	489	Pela urgente negociação da Tabela Remuneratória Única da Administração Pública tendo em vista assegurar a sua proporcionalidade	Administração Pública
Pjr	26	Simplificação do acesso ao Título de Reconhecimento do Estatuto da Agricultura Familiar e concretização de apoios concretos aos seus titulares	Agricultura e Pescas
Pjr	27	Estabilização temporal do subsídio à pequena pesca artesanal e costeira e à pequena aquicultura	Agricultura e Pescas
Pjr	95	Programa em defesa da Pesca do Cerco e dos seus profissionais	Agricultura e Pescas
Pjr	159	Estudo de Avaliação sobre as extensas áreas de produção agrícola em regime intensivo e superintensivo	Agricultura e Pescas
Pjr	233	Pela salvaguarda do património e reabilitação da Casa da Pesca, em Oeiras (Lisboa)	Agricultura e Pescas
Pjr	237	Recomenda ao Governo a realização de um plano de desenvolvimento do território nacional com medidas de valorização do interior e de combate ao abandono do mundo rural	Agricultura e Pescas
Pjr	270	Recomenda ao Governo medidas urgentes e específicas no reforço dos serviços públicos, no aumento do controlo e fiscalização sobre as condições de trabalho dos trabalhadores agrícolas e na garantia de habitação digna, no Perímetro de Rega do Mira	Agricultura e Pescas
Pjr	536	Recomenda ao Governo o apoio aos agricultores afetados pela intempérie de final de maio nas regiões centro e norte do país	Agricultura e Pescas
Pjr	49	Recuperação, acompanhamento e monitorização da valorização da Mata Nacional de Leiria	Ambiente
Pjr	87	Recomenda adoção de medidas concretas e imediatas no âmbito da utilização de animais em investigação científica	Ambiente
Pjr	120	Recomenda ao Governo que tome as medidas de defesa do Rio Tejo	Ambiente
Pjr	164	Recomenda ao Governo a adoção de medidas de proteção do Estuário do Sado	Ambiente
Pjr	235	Plano de Monitorização das populações de Lobo-Ibérico e das suas presas selvagens	Ambiente
Pjr	319	Reforço da Informação, Inspeção e Monitorização das Atividades de Gestão de Resíduos e condicionamento da deposição de resíduos em aterro	Ambiente
Pjr	320	Reforço da Informação, Monitorização e Caracterização da Qualidade do Ar Ambiente em Portugal	Ambiente
Pjr	530	Pela suspensão da prospeção de hidrocarbonetos – Batalha e Pombal	Ambiente
Pjr	1	Constituição de uma Comissão Eventual de Verificação de Poderes dos Deputados eleitos	Assuntos Constitucionais
Pjr	5	Recomenda ao Governo a tomada de medidas para o financiamento de todas as candidaturas consideradas elegíveis no Programa de Apoio Sustentado às Artes bienal 2020-2021 e a revisão urgente do modelo de apoio às artes	Cultura
Pjr	160	Recomenda ao Governo a realização de um programa de emergência para o reforço da resposta pública ao nível do Património Cultural e a valorização dos museus, palácios, monumentos e sítios arqueológicos	Cultura
Pjr	278	Recomenda a manutenção da incorporação das obras da Coleção Rainer Daehnhardt no Museu Nacional dos Coches	Cultura
Pjr	497	Recomenda ao Governo o alargamento do apoio a editoras e livrarias no contexto resultante das contingências criadas pela pandemia de COVID-19	Cultura
Pjr	534	Recomenda o apoio ao circo e às artes circenses	Cultura
Pjr	114	Por uma resposta pública, articulada e descentralizada de prevenção e combate à violência sobre as mulheres	Direitos, Liberdades e Garantias

Pjr	294	Cessação de Vigência do Decreto-Lei n.º 170/2019, de 4 de dezembro, "Procede à décima primeira alteração do Código dos Contratos Públicos, anexa ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio"	Economia
Pjr	442	Pelo direito soberano de Portugal decidir do seu futuro: combater o vírus e o seu aproveitamento, assegurar o desenvolvimento do País	Economia
Pjr	3	Propõe medidas para garantir a universalidade e gratuidade no acesso a creches a todas as crianças até aos 3 anos	Educação e Ciência
Pjr	6	Recomenda ao Governo a contratação imediata de todos os auxiliares de ação educativa e assistentes administrativos necessários ao regular funcionamento da Escola Pública	Educação e Ciência
Pjr	47	Recomenda ao Governo que garanta as condições para a efetiva possibilidade de realização de sesta a partir dos três anos na Educação Pré-Escolar da rede pública do Ministério da Educação	Educação e Ciência
Pjr	171	Recomenda ao Governo que crie o Grupo de Recrutamento nas áreas da Expressão Dramática e do Teatro	Educação e Ciência
Pjr	173	Recomenda ao Governo que crie o Grupo de Recrutamento na área da Intervenção Precoce	Educação e Ciência
Pjr	178	Recomenda ao Governo que proceda à requalificação da Escola Básica Dr. António Augusto Louro, no concelho do Seixal	Educação e Ciência
Pjr	262	Recomenda ao Governo a não autorização de alienação de barragens concessionadas pelo Estado à EDP	Energia
Pjr	230	Mobilização do património público habitacional	Habituação
Pjr	257	Recomenda a criação e operacionalização pelo Governo de um programa centralizado para a recuperação de segundas habitações nos concelhos afetados por grandes incêndios florestais ou outros eventos excecionais	Habituação
Pjr	7	Eliminação das portagens na A28, A41, A42 e A29	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	8	Eliminação das portagens na A25	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	9	Eliminação das portagens na A23	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	10	Eliminação das portagens na A24	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	11	Pela abolição das portagens na Via do Infante	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	116	Pela modernização e eletrificação de toda a Linha do Alentejo e Reativação do Ramal Ferroviário de Aljustrel	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	161	Potenciar a redução tarifária para uma aposta estratégica na promoção dos transportes públicos	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	162	Pela articulação tarifária e promoção da redução de preços dos transportes nas ligações entre áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais limítrofes	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	163	Pelo investimento e gestão pública na rede viária fundamental – reinício urgente das obras do IP2 e IP8 e fim da PPP rodoviária Baixo Alentejo	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	176	Recomenda ao Governo a criação de um plano de desenvolvimento do Metro do Porto para a próxima década	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	228	Recomenda ao Governo o Desenvolvimento de um Plano de Intervenção em Barras e Portos	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	229	Em defesa do Serviço Público Postal, pela recuperação do controlo público dos CTT – Correios de Portugal, S.A.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	232	Pela melhoria do transporte ferroviário no Distrito de Braga e a concretização da ligação direta Braga/Guimarães	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	234	Pela urgente conclusão das obras de requalificação da Estrada Nacional 125	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	236	Recomenda ao Governo a requalificação urgente da Estrada Nacional 225	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	254	Recomenda ao Governo a criação da Carreira de Agente Único de Transportes Coletivos	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	314	Pela abolição de portagens na A13 entre Atalaia e Ferreira do Zêzere	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	500	Recomenda ao Governo a reversão da intermunicipalização da STCP, envolvendo autarquias, trabalhadores e utentes na definição da rede e acompanhamento da operação e a definição da empresa como operador interno nos seis concelhos onde opera	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	564	Pela promoção de medidas de defesa da segurança e saúde pública no transporte ferroviário para combater a epidemia de COVID-19	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	565	Pelo fim do regime de "Lay-off" nas empresas de transportes públicos	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	590	Por um serviço público e universal de telecomunicações em Portugal: 5G, oportunidade para mudar de rumo	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	471	Recomenda ao Governo a reversão da alienação do Novo Banco, a sua transferência para a esfera pública e o apoio especializado às micro, pequenas e médias empresas	Orçamento e Finanças

Pjr	148	Estabelece o calendário para a instituição em concreto das Regiões Administrativas durante o ano de 2021	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjr	560	Cessação de Vigência do Decreto-Lei n.º 27/2020, de 17 de junho, "Altera a orgânica das comissões de coordenação e desenvolvimento regional"	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjr	4	Programa extraordinário para a contratação de profissionais de saúde para o Serviço Nacional de Saúde	Saúde
Pjr	48	Recomenda a construção de uma nova maternidade em Coimbra que abarque o número de partos das atuais maternidades e seja situada junto ao Hospital Geral dos Covões	Saúde
Pjr	50	Recomenda ao Governo o reforço das medidas de apoio aos doentes com doença inflamatória do intestino	Saúde
Pjr	172	Construção de Unidade de Saúde do Alto do Seixalinho, no concelho do Barreiro	Saúde
Pjr	174	Programa de Valorização dos Profissionais de Saúde	Saúde
Pjr	231	Pela célere construção do novo Hospital de Lagos	Saúde
Pjr	253	Recomenda ao Governo o alargamento da resposta pública em cuidados paliativos	Saúde
Pjr	280	Pela célere construção do novo Hospital de Lagos	Saúde
Pjr	286	Recomenda ao Governo que adote medidas para garantir a sustentabilidade económica e financeira das farmácias comunitárias	Saúde
Pjr	487	Recomenda ao Governo a construção do Centro de Saúde no Feijó, concelho de Almada, distrito de Setúbal	Saúde
Pjr	255	Recomenda ao Governo a adoção de medidas transversais e integradas de apoio e incentivo à natalidade	Segurança Social
Pjr	12	Aumento do Salário Mínimo Nacional	Trabalho
Pjr	252	Recomenda ao Governo que trave os atropelos laborais no sector da vigilância e limpeza	Trabalho

13. Apreciações Parlamentares

<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/IniciativasLegislativas.aspx>

Aprl	PCP	PS	PSD	BE	CDS	PAN	PEV	L/JKM	IL	Ch
Apresentados	13	0	4	10	0	0	0	0	0	0
Aprovados VFG	4	0	2	4	0	0	0	0	0	0

Tipo	Nº	Título	Área
Aprl	11	Decreto-Lei n.º 19/2020, de 30 de abril, que "estabelece um regime temporário e excecional de apoio às associações humanitárias de bombeiros, no âmbito da pandemia da doença COVID-19"	Administração Interna
Aprl	2	Decreto-Lei n.º 114/2019, de 20 de agosto "Estabelece o regime da carreira especial de fiscalização, extinguindo as carreiras de fiscal municipal, de fiscal técnico de obras, de fiscal técnico de obras públicas e de todas as carreiras de fiscal técnico adjetivadas"	Administração Pública
Aprl	27	Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho, que "Estabelece o regime jurídico da reconversão da paisagem"	Agricultura e Pescas
Aprl	3	Decreto-Lei n.º 161/2019, de 25 de outubro, que "Cria o Fundo Revive Natureza para a promoção da recuperação de imóveis devolutos inseridos em património natural"	Ambiente
Aprl	25	Decreto-Lei n.º 33-A/2020, de 2 de julho (Procede à apropriação pública por via da nacionalização da participação social detida pela Winterfell 2 Limited na Efacec Power Solutions, SGPS, S. A.)	Economia
Aprl	1	Decreto-Lei n.º 166/2019, de 31 de outubro que estabelece o Novo Regime Jurídico da Atividade Profissional dos Marítimos	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Aprl	7	Decreto-Lei n.º 174-A/2019, de 18 de dezembro, que "Altera as bases da concessão da exploração do serviço de transporte ferroviário de passageiros do eixo norte-sul da região de Lisboa"	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Aprl	8	Decreto-Lei n.º 10-D/2020 de 23 de março (Estabelece medidas excecionais e temporárias de resposta à epidemia da doença COVID-19 relacionadas com o setor das comunicações eletrónicas)	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Aprl	23	Decreto-Lei n.º 27/2020 de 17 de junho (Altera a orgânica das comissões de coordenação e desenvolvimento regional)	Poder Local e Ordenamento do Território
Aprl	13	Decreto-Lei n.º 20/2020, de 1 de maio, que altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19, retificado pela Declaração de Retificação n.º 18-C/2020, de 5 de maio, da Presidência do Conselho de Ministros	Saúde
Aprl	16	Decreto-Lei n.º 23/2020, de 22 de maio (Estabelece as regras para a celebração de contratos de parceria de gestão na área da saúde)	Saúde
Aprl	15	Decreto-Lei n.º 20-C/2020, de 7 de maio, que "Estabelece medidas excecionais de proteção social no âmbito da pandemia da doença COVID-19"	Segurança Social
Aprl	9	Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março que "Estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID 19"	Trabalho

14. Votos apresentados pelo PCP

Tipo	Nº	Data	Título
Voto	14	06/11/2019	De solidariedade com os Bombeiros Voluntários de Borba e de condenação dos actos de violência e desrespeito de que foram alvo
Voto	25	13/11/2019	De condenação da repressão contra as manifestações populares no Chile
Voto	27	13/11/2019	De condenação e protesto da resolução anti-comunista e de falsificação histórica aprovada pela maioria dos deputados do Parlamento Europeu
Voto	30	13/11/2019	De condenação do golpe de Estado perpetrado contra o legítimo Presidente do Estado Plurinacional da Bolívia, Evo Morales, e a democracia na Bolívia
Voto	32	13/11/2019	De condenação da Guerra de Agressão contra a Síria e o seu povo
Voto	36	14/11/2019	De pesar pelo falecimento de Manuel Jorge Veloso
Voto	54	20/11/2019	De condenação da nova agressão israelita a Gaza e da declaração da Administração Trump sobre os colonatos israelitas
Voto	110	10/12/2019	De saudação aos trabalhadores da Autoeuropa
Voto	125	12/12/2019	De congratulação pelo reconhecimento das “Festas de Inverno – Carnaval de Podence” como Património Imaterial de Humanidade pela UNESCO
Voto	141	08/01/2020	De pesar pelo falecimento de Norberto Barroca
Voto	166	04/02/2020	De condenação do ‘Plano Trump’ que constitui uma afronta aos direitos nacionais do povo palestino e ao direito internacional
Voto	167	05/02/2020	De pesar pelo falecimento de António Gervásio
Voto	168	05/02/2020	De pesar pelo falecimento de Henrique Espírito Santo
Voto	173	10/02/2020	De pesar pelas vítimas do nazi-fascismo nos 75 anos da libertação pelo Exército Soviético do campo de concentração de Auschwitz
Voto	194	26/02/2020	De preocupação pela normalização das relações de Portugal com a Venezuela
Voto	249	04/06/2020	De pesar pelo assassinato de George Floyd
Voto	250	05/06/2020	De condenação da política de ingerência e agressão contra a República Bolivariana da Venezuela e de solidariedade com o povo venezuelano e com a comunidade luso-venezuelana
Voto	274	03/07/2020	De condenação contra a anexação por Israel de territórios palestinos - Pela defesa dos direitos do povo palestino
Voto	289	16/07/2020	De preocupação em defesa da ratificação do Tratado de Proibição das Armas Nucleares adotado pela Organização das Nações Unidas em 7 de julho de 2017
Voto	293	22/07/2020	De pesar pelo falecimento de Luís Filipe Costa
Voto	296	23/07/2020	De pesar pela morte em serviço dos bombeiros Filipe André Azinheiro Pedrosa e José Augusto Dias Fernandes

15. Perguntas e Requerimentos

(atualizado a 23 de julho de 2020)

<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/PerguntasRequerimentos.aspx>

Perguntas e Requerimentos entregues ao Governo
1ª Sessão XIV Legislatura

